



RAYNE RODRIGUES ARAUJO

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE PESQUISAS SOBRE ÁGUAS
MINERAIS: UMA INVESTIGAÇÃO NO CONTEXTO DO
CIRCUITO DAS ÁGUAS DE MINAS GERAIS**

**LAVRAS – MG
2018**

RAYNE RODRIGUES ARAUJO

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE PESQUISAS SOBRE ÁGUAS MINERAIS: UMA
INVESTIGAÇÃO NO CONTEXTO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS DE MINAS
GERAIS**

Monografia apresentada à Universidade
Federal de Lavras, como parte das exigências
do Curso de Administração Pública, para a
obtenção do título de Bacharel

Prof. Dr. Valderi de Castro Alcântara
Orientador

**LAVRAS - MG
2018**

RAYNE RODRIGUES ARAUJO

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE PESQUISAS SOBRE ÁGUAS MINERAIS: UMA
INVESTIGAÇÃO NO CONTEXTO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS DE MINAS
GERAIS**

**THE SOCIAL CONSTRUCTION OF RESEARCH ON MINERAL WATERS: AN
INVESTIGATION IN THE CONTEXT OF THE MINAS GERAIS WATER CIRCUIT**

Monografia apresentada à Universidade
Federal de Lavras, como parte das exigências
do Curso de Administração Pública, para a
obtenção do título de Bacharel

APROVADA em 06 de dezembro de 2018

Dr. José de Arimatéia Dias Valadão

UFLA

Dr. José Roberto Pereira

UFLA

Prof. Dr. Valderí de Castro Alcântara
Orientador

**LAVRAS - MG
2018**

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela luz que incide em minha vida e por me abençoar com uma família amorosa que me apoia ao longo do caminho da vida.

Agradeço aos meus avós, que me alicerçam desde sempre, ao meu avô por ser sinônimo de caráter e inteligência, mas em especial à minha avó Judith, meu exemplo de vida, minha mãe de coração, minha alma gêmea, que me presenteou com o seu amor, com a sua espontaneidade e me enche de saudades.

Aos meus familiares, em especial os meus tios amados, pessoas que me oferecem o maior amor do mundo, um apoio incondicional e que me guiaram pelo caminho dos estudos. Tia Ângela, você é uma inspiração, você é uma mistura de coragem e leveza, obrigado por tanto carinho e por ter me direcionado desde sempre, sem você, viver as maiores experiências da minha vida teriam sido impossíveis, obrigado por tanto. Tia Má, obrigado por ser meu alicerce, por estar sempre presente me ensinando quais são os bons caminhos, me oferecendo o maior amor do mundo e me ensinando a ser sempre a minha melhor versão, a grande sorte da minha vida foi contar com o seu apoio e com a sua presença. Tia Rô, você é sinônimo de presteza, de compreensão, você é tão bonita, tão cheia de luz, o meu muito obrigado por todo o suporte que me oferece e por me receber com os melhores sorrisos, você carrega o melhor desse mundo, ainda bem que você está comigo. Tia Zane, obrigado pelos momentos em que pode estar presente com grandes conselhos, oferecendo muito carinho e tanto suporte. Meu amado tio Júnior, quanta beleza e quanta bondade cabem em você, não tenho nem como agradecer por toda vida que partilhou comigo, sendo meu grande amigo e meu porto seguro, obrigado por tanto amor, por tanta compreensão, por tanta motivação e por estar sempre presente, agradeço simplesmente por você existir, meu grande exemplo de vida.

Agradeço às minhas irmãs, Bruna e Lorena, e à minha sobrinha Helena, que são meus grandes amores, obrigado por partilharem comigo essa vida, vocês me fazem entender o que é amor incondicional e fraternal. Obrigado aos meus pais pela vida e obrigado aos demais familiares.

Agradeço demasiadamente ao meu orientador Valderí de Castro Alcântara, a quem admiro imensamente, que me presenteou com esse trabalho e que tem um jeito tão humano e compreensivo. Que sorte encontrar você, além de todo conhecimento que você tem, você motiva o melhor nas pessoas, as ajudam, e é meu exemplo de profissional. Desejo o maior sucesso do mundo a você, obrigado por facilitar a minha caminhada e trazer leveza para esse trabalho.

Agradeço pelas grandes amizades que fiz em Lavras, em especial à minha grande amiga Mariana, sinônimo de bondade, de pureza, de leveza, dona do maior coração do mundo, o tipo de pessoa que não se encontra, mas quando se encontra não se abandona. Obrigado por todos os momentos, não teve nenhum deles que você não estivesse. Um muitíssimo obrigado por me acolher no seu coração, por ser a amiga mais irmã que alguém pode ter, você tem toda a minha admiração. Obrigado e obrigado. Á Lorrana que surgiu na minha vida de uma maravilhosa coincidência, e que me trouxe grandes aprendizados, me acompanhou nos momentos mais delicados e mais felizes dessa trajetória.

À Universidade Federal de Lavras (UFLA), ao Departamento de Administração e Economia (DAE) agradeço por todo o conhecimento e pelas grandes experiências profissionais e pessoais que me proporcionaram. Um muito obrigado a todos os meus professores, por quem tenho a maior admiração, obrigado por todo o conhecimento, pela amizade e pela compreensão. Em especial ao Prof. Dany Flávio Tonelli por confiar em mim e me presentear com um projeto de extensão a ao Prof. José de Arimatéia por aceitar participar e contribuir com este trabalho.

Agradeço aos amigos que fiz na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC), pessoas incríveis que contribuíram imensamente para o meu crescimento, tiveram muita paciência e me ofereceram amizade, apoio e me ensinaram o significado de companheirismo.

Agradeço aos colegas da ALFA PÚBLICA Jr., pela parceria, pelos grandes aprendizados, foi onde tive o maior crescimento pessoal e profissional. A minha gratidão é imensa.

Finalmente, agradeço a todos que colaboraram com esse trabalho, principalmente aos entrevistados dessa monografia que com a maior prontidão e disposição me ajudaram a concluir a pesquisa.

“Não vemos as coisas como elas são, mas como nós somos.” (Anais Nin)

RESUMO

O presente trabalho tem como intuito compreender a construção social de pesquisas sobre a temática das águas minerais no Circuito das Águas Minerais de Minas Gerais, utilizando da perspectiva do construcionismo social, principalmente, a partir das contribuições de Mary Jane Spink. Com isso, procurou-se sistematizar as pesquisas em torno desse assunto, levantando os entendimentos, perspectivas, relações e descrições dos diversos pesquisadores acerca dessa temática, além de conceituar a abordagem construtivista para embasar essa monografia. O construcionismo social nesse trabalho busca então analisar a relação entre a atividade de pesquisa e a construção da realidade, e assim entender como o objeto água mineral passa a ser questão de interesse para os pesquisadores, quais são os caminhos percorridos até o trabalho final, mostrando então como estão sendo realizadas as pesquisas sobre as águas minerais. O estudo revela também que o “objeto” água é socialmente construído, identificando no discurso e nas práticas dos pesquisadores, conceitos e entendimentos de água mineral presentes em seus estudos, mas que foram percebidos e desenvolvidos durante o trabalho empírico. Conclui-se que a interação social e o diálogo entre os pesquisadores, e entre os pesquisadores e as comunidades locais foram elementos fundamentais para a construção (social) das pesquisas sobre águas minerais no Circuito das Águas de Minas Gerais.

Palavras-chaves: Água Mineral. Construção Social. Circuito das Águas. Pesquisadores.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Rayne participa do “I FAMA Minerais”, Cambuquira, Minas Gerais.	12
Figura 2: Literatura mapeada de pesquisa sobre águas minerais.....	35
Figura 3: Processo de análise das narrativas.	45
Figura 4: As águas minerais a partir dos seus pesquisadores.	79
Quadro 1: Revisão de literatura.	32
Quadro 2: Significados das águas minerais presentes nos estudos.	36
Quadro 3: Motivos dos conflitos pelas águas minerais no Circuito das Águas.	37
Quadro 4: Atores presentes nos conflitos.	38
Quadro 5: Soluções apresentadas para os conflitos na revisão de literatura.	39
Quadro 6: Momento de observação.....	42
Quadro 7: Participantes da pesquisa (entrevistas).	43

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Uma narrativa inicial	11
1.2	Contextualização, problemática e objetivos.....	14
2	CIÊNCIA E PESQUISA NO CONSTRUCIONISMO SOCIAL	19
3	REVISÃO DE LITERATURA DE PESQUISAS SOBRE ÁGUAS MINERAIS.....	22
3.1	Águas minerais e seus conflitos no Circuito das Águas de Minas Gerais	22
3.2	Uma síntese das pesquisas sobre águas minerais no Circuito das Águas.....	33
4	CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	41
4.1	Tipo e natureza da pesquisa	41
4.2	Coleta de dados.....	41
4.3	Análise dos dados.....	44
5	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	46
5.1	A construção das pesquisas a partir das narrativas.....	46
5.1.1	Seguindo um recurso híbrido	46
5.1.2	Iniciação (científica) com as águas.....	47
5.1.3	A mudança no arranjo institucional das águas	50
5.1.4	As práticas culturais dos coletores de água.....	54
5.1.5	Descolonizando as águas minerais	57
5.1.6	Na esfera pública temática das águas minerais	61
5.1.7	Na busca pela gestão social das águas	65
5.1.8	Do objeto aos afetos.....	68
5.2	Construção social de pesquisas sobre águas minerais: uma síntese	72
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
	REFERÊNCIAS	82
	APÊNDICE	85
	ANEXO.....	87

1 INTRODUÇÃO

1.1 Uma narrativa inicial

“Você se interessa em pesquisar sobre as águas minerais?” perguntou o orientador de Rayne na primeira reunião. Rayne não sabia como responder, pois, até aquele momento não conhecia, tampouco, compreendia que era possível estudar sobre essa temática.

Essa reunião aconteceu por intermédio de uma amiga de Rayne que já trabalhava com o professor Valderí e lhe disse que ele procurava por alguém interessado em um projeto de pesquisa. Rayne estava interessada, foi procurá-lo, e, então, ele lhe fez a tal pergunta. Demonstrando total desconhecimento sobre o assunto foi aconselhada a ler dois textos que tratavam de arranjos institucionais e exploração das águas minerais.

Lendo, Rayne acabou fazendo uma conexão entre os dois textos e se deparou com uma interessante relação corporativista na região que era favorecida pelo Estado e pela legislação que regula esses recursos. Também percebeu o impacto e o engajamento dos movimentos sociais na região, que é algo que a fascina muito, de modo que logo se interessou pela temática. Não conseguiram o financiamento para a execução desse projeto de pesquisa, mas para que não perdessem essa motivação e esse interesse que surgiu, o professor Valderí sugeriu a ela estudarem o assunto como tema da monografia de TCC. Ela aceitou prontamente, tanto porque procurava um tema para a sua monografia quanto porque já havia sido cativada pelo assunto. O professor Valderí indicou várias leituras, ela passou a escrever sobre esses textos e assim surgiu a relação de pesquisa.

Nessa relação, o consenso foi algo incrível, tanto pelo orientador ser um grande facilitador do diálogo quanto pelo olhar diferenciado dele no modo de se fazer pesquisa, fazendo com que Rayne passasse a encarar o trabalho como algo normal, do cotidiano e algo que ela poderia fazer no ritmo que desejasse, com certa autonomia, sentindo nenhuma pressão, que é uma reclamação tão recorrente em diversos casos. As decisões das pesquisas eram pensadas por ele, mas ela foi a todo o momento sendo consultada e tinha liberdade para opinar. Dessa forma, não houveram conflitos, exceto algumas dificuldades, mas que não se relacionavam com a atividade de pesquisa, pois foram de cunho pessoal, como a dificuldade dela em compreender as diferentes leis que regem a gestão das águas minerais e como o construcionismo iria se encaixar no projeto.

É dessa relação que está surgindo o primeiro trabalho acadêmico sobre as águas minerais de Rayne, esse que visa compreender a construção social das pesquisas em torno das

águas minerais, sistematizar as pesquisas nesse âmbito e descrever como esses mesmos trabalhos foram feitos. Mas você se pergunta: para quê? Para que aconteça o mesmo que aconteceu com ela: uma certa humanização da pesquisa, em que os futuros pesquisadores saibam que o trabalho finalizado, esse que não revela por completo a atividade de pesquisa, possui caminhos, facilidades e dificuldades que são fundamentais para a construção dos estudos, fazendo com que o ato de pesquisar seja algo menos distante da realidade de quem se interessa e é possível que haja um estímulo na produção de trabalhos. Esse tema das águas minerais demanda por pesquisas que façam alertas sobre a problemática e que estimule a produção de trabalhos sobre as águas minerais. Rayne acredita que sua pesquisa beneficia os acadêmicos que desejam pesquisar, e beneficia também os atores que buscam por pesquisas que justifiquem a necessidade de mais estudos e que pensem nas águas minerais como algo a ser preservado.

Mantendo essa ideia de uma atividade de pesquisa humanizada, socialmente construída e que levanta a problemática da água mineral, Rayne se apoiou nos valores e conceitos de bem comum, construção social da pesquisa, ética, e respeito às informações e opiniões. Defendeu esses conceitos ao sistematizar os trabalhos que tratam das águas minerais e ao longo da pesquisa procurou agir eticamente, com respeito aos pesquisadores e às informações que foram concedidas a ela, mantendo fidelidade aos dados coletados.

Após as leituras, reuniões, discussões e uma palestra com um pesquisador, algo aconteceu e foi o grande marco desse projeto. Esse marco foi o I FAMA Minerais.

Figura 1: Rayne participa do “I FAMA Minerais”, Cambuquira, Minas Gerais.



Fonte: Do Autor (2018).

Foi nesse fórum que aconteceu o primeiro contato dela com os atores envolvidos na causa das águas minerais, gerando certa admiração pelo engajamento deles, desde moradores até o Ministério Público, exceto os empresários, que não estiveram no evento. Foi nesse momento que ela teve um olhar pessoal e não mais baseado no entendimento dos pesquisadores que estava estudando. Mesmo que o evento trouxesse mais uma vez os entendimentos deles acerca da temática, a influência dos demais atores, o contato com o espaço a fez ver algo diferente e que a direcionou para a pesquisa com mais motivação.

Rayne vê beleza na água, e as águas minerais como uma beleza em risco. Se antes tomava água mineral de forma frequente, pois sempre foi um hábito na sua casa, agora ela sente que faltava esse tipo de conhecimento, o conhecimento sobre essa problemática das águas minerais, já que essas águas serem consideradas minério colocam em risco a existência delas, uma vez que, a legislação que as regulam permite que essas sejam exploradas até a exaustão. Para Rayne, o maior problema é o controle, a fiscalização e o desrespeito ao ciclo de renovação das mesmas, configurando um desrespeito com a história e com a formação das cidades que se deram por meio das fontes de águas minerais.

Rayne defende a necessidade de uma mudança institucional que configure um novo tratamento para as águas minerais e uma gestão diferenciada focada na participação social, na sustentabilidade e na proteção desse bem comum. Acredita, inclusive, que a escassez de água afeta as águas minerais no sentido de que, sem água, as águas minerais se tornam uma alternativa, mas se essas também estiverem escassas, a crise é mais grave.

Há uma demanda por pesquisas que apontem as especificidades das águas minerais, a história dessas localidades, e que esclareçam a relação forte e latente que se estabelece entre as cidades e as fontes de águas minerais, pois essa relação é mais importante do que o lucro que advém da exploração, já que os benefícios para a localidade, no caso a geração de empregos, por exemplo, torna o município dependente das empresas exploradoras e ainda ameaça a sua existência a longo prazo das fontes, além de reverter os seus lucros para outras localidades.

Assim, o interesse de Rayne pelo assunto é crescente, mesmo que não saiba como será no futuro, não se sabe se continuará na área acadêmica, mas caso o faça, ela sente que tem com o que contribuir e pensa que é uma das formas de se mobilizar e contribuir para uma questão tão delicada.

No presente trabalho, os pesquisadores se tornaram o foco da pesquisa e foram o maior contato dela com as águas minerais, isso porque foi a partir do entendimento deles que teve as suas primeiras noções sobre o objeto, antes de formar a sua, e também eles a ajudaram

a compreender como é feita uma pesquisa. Esses contatos se deram via e-mail, em eventos, por reuniões por *Skype* e por meio da leitura dos seus trabalhos.

Os demais atores como moradores, ativistas, ONGs, poder público local, CODEMIG, Ministério Público foram encontrados em eventos ocasionais estabelecendo breves contatos e nenhuma entrevista, apenas conversas informais que permitiram um maior entendimento sobre a relação entre os atores e a água mineral. Esses atores terão acesso ao trabalho final, mas que ainda passa pelo momento de construção, assim, eles ainda não tiveram acesso aos resultados, exceto a ONG que recebeu um relato da experiência de Rayne no “I FAMA Minerais”.

Esse trabalho em andamento não teve o seu objetivo geral modificado, apenas uma adequação dos objetivos específicos a fim de contemplar melhor o que se propunha pesquisar, e sofreu influência no contato com os atores. O Circuito das Águas de Minas Gerais foi o foco desde o início e se mantém. Rayne espera que com o fomento de pesquisas sobre essa temática, será possível um impacto no desenvolvimento local e na proteção das águas minerais como um recurso comum.

1.2 Contextualização, problemática e objetivos

Nas últimas décadas a água passou a ser considerada um direito fundamental e reconhecida como essencial para a vida de todo o planeta. Justamente por ser indispensável para a sobrevivência, a água foi um fator decisivo para a formação das primeiras civilizações (já que os indivíduos, diante de suas necessidades biológicas, se fixavam em diversas localidades ao redor do mundo que tivessem a presença de água e, a partir desses eventos, criaram, gradualmente, as sociedades complexas que se tem nos dias de hoje). Assim, esses fatos evidenciam a importância da água para o indivíduo e para a construção do seu mundo social (DIEGUES, 2007; PORTUGAL JÚNIOR, 2016).

As águas têm papel na origem da vida na Terra e na sua manutenção, bem como na vida de todos seres vivos. Tal questão se tornou problemática hoje uma vez que emergem diversas crises ecológicas (BEZERRA, 2018). Para Bezerra (2018) essas crises incluindo as crises hídricas, são causadas pelo impacto humano na natureza. Para o autor a Terra se mostrou finita para a visão economicista da modernidade.

De forma mais evidente no que se refere ao simbólico, Diegues (2007, p. 01) coloca que “[...] a água é um dos elementos centrais da reprodução não somente material, mas também simbólica dos povos indígenas e comunidades tradicionais”, e, participa de

“inúmeros mitos de criação” (DIEGUES, 2007, p. 01). A partir de uma visão construcionista (SPINK, 1993) estabelece-se que a água participa de várias instâncias da vida – do mundo material ao simbólico: “a água doce é necessidade básica de todos os seres humanos, mas a forma com que essa necessidade é atendida depende da *cultura*” (DIEGUES, 2007, p. 03; grifo no original). Para Hamlin (2000) na concepção da sociedade ocidental, existem quatro tradições em que aparecem concepções de águas como muitas: filosofia natural clássica, história natural clássica e geografia; folclore e religião; e o mercado médico das nascentes de águas minerais.

De forma ampla, a problemática das águas convoca estudos em diferentes disciplinas e campos do saber (HAMLIN, 2000). Na hidrologia e ecologia se discute a crise hídrica; a distribuição da escassez em diversas regiões é tema na geografia; ela se torna objeto do “mercado das águas” em constante aumento de demanda estudado pelo campo da economia; é recurso para ser gerido em diferentes arranjos como se estuda na administração; a administração pública se preocupa com as políticas públicas (hídricas), e, ainda a água se torna objeto da linguística que analisa seu uso em propagandas e das legislações em torno da mesma como direito humano ou até sobre o direito da natureza conforme discussões no direito e na filosofia. Por isso, para Hamlin (2000) são águas, no plural, e com diferentes narrativas em torno delas.

As águas estão presentes em diferentes conflitos socioambientais e mobilizam o debate sobre direitos humanos – direito humano à água e mais recentemente sobre o direito da natureza à água (ALCÂNTARA et al., 2018), a relação sociedade e natureza, a atuação de multinacionais (MAFRA; LOBATO, 2017) e a valoração econômica das águas (PORTUGAL JÚNIOR, 2016). Nesse contexto surgiram movimentos sociais que lutam contra a exploração e mercantilização das águas. Segundo Corte (2015), são movimentos de justiça hídrica.

Outro fator relevante são as desigualdades de uso e consumo das águas. A disponibilidade e a qualidade da água no planeta são desiguais, existindo regiões com abundância de recursos hídricos e baixa população, alta concentração populacional com baixa disponibilidade de recursos, localidades com baixa qualidade de água, espaços com uso desenfreado, dentre outras situações. Isso alerta para a importância do uso consciente desse recurso, considerando as especificidades de cada região e o fato de que, mesmo que a água seja um elemento renovável, existe um ciclo hidrológico, ou seja, um período de renovação, e se não respeitado esse período, há um comprometimento da disponibilidade do recurso a médio e longo prazo e por consequência, afeta os seres dependentes deste (PORTUGAL

JÚNIOR, 2016). No entanto, o atendimento às necessidades de consumo e uso das águas dependem de instituições sociais (DIEGUES, 2007).

Também contra as mazelas advindas da ausência de água é que diversos órgãos internacionais se mobilizam em prol da sustentabilidade das águas. O diagnóstico é de que: “A escassez de água afeta mais de 40% da população mundial, número que deverá subir ainda mais como resultado da mudança do clima e da gestão inadequada dos recursos naturais” (AGENDA 2030, 2018). Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que foram definidos em 2015 por chefes de Estado e de governo na Organização das Nações Unidas, alertam para a problemática das águas. Na Agenda 2030 (Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável) estão presentes 17 objetivos e dentre eles destaca-se o Objetivo 6: “Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos”. E fica estabelecido como a primeira meta: “Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos” (OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO, 2015).

Pelo apresentado, entende-se que “[a] água está no centro do desenvolvimento sustentável e das suas três dimensões – ambiental, econômica e social” (AGENDA 2030, 2018). Nessa direção, para Portugal Júnior (2016, p. 17-18), “a água é um direito humano e não apenas uma necessidade humana, pois uma necessidade humana pode ser provida de várias formas, inclusive vendida”. A água tem um caráter tão crucial no bem-estar, no desenvolvimento e para a saúde que a ONU (Organização das Nações Unidas) incluiu o acesso a água potável e ao saneamento básico como fatores preponderantes para a vida no planeta em 2010. A Assembleia Geral da ONU declarou que o acesso à água limpa e segura e ao saneamento básico são direitos humanos fundamentais.

Se apoiando na ideia de que há uma disponibilidade desigual dos recursos hídricos, na escassez de algumas regiões e uma baixa qualidade da água em outras localidades, Portugal Júnior (2016) enfatiza os problemas das práticas de comercialização, engarrafamento e venda da água como forma de oferecer acesso. Para Mafra e Lobato (2017), isso pode ser considerado como um oportunismo por parte das empresas que se utilizam da escassez hídrica e da qualidade das águas distribuídas para legitimar a comercialização de águas engarrafadas. Com isso, a água se torna um produto excludente, já que nessa lógica nem todos terão o mesmo acesso, contrariando os pressupostos que a definem como direito humano.

Esse é o caso da venda de água mineral que cresce significativamente (PORTUGAL JÚNIOR, 2016). Para Queiroz (2011) e Portugal Júnior (2016), a venda da água mineral, além de contrariar o direito fundamental de acesso à água, gera danos no meio ambiente,

compromete a capacidade de renovação natural e causa o enfraquecimento do turismo que é característico da região do Circuito das Águas de Minas Gerais. Ninis (2006, p. 09) complementa que “a partir das décadas de 1980 e 1990, a tradicional caracterização da água mineral com base em suas propriedades medicinais foi substituída por uma comercialização em larga escala de água engarrafada”.

A exploração das águas minerais é legitimada pelo fato delas serem consideradas minério, conforme Legislação Brasileira (Decreto-lei nº 7.841 de 1945). Muitas localidades passaram a denunciar a existência de superexploração das águas minerais desencadeando diversos conflitos, como exemplo, se tem os conflitos do Circuito das Águas de Minas Gerais, mundialmente conhecido pelo caso de São Lourenço, Minas Gerais que envolveu a multinacional *Nestlé Waters*. Outros conflitos estão presentes nos municípios de Cambuquira, Caxambu e Lambari (ALCÂNTARA; CORDEIRO NETO; VALADÃO, 2017) que também pertencem ao Circuito das Águas de Minas Gerais.

O Circuito das Águas de Minas Gerais é uma associação sem fins lucrativos localizada no Sul de Minas Gerais com o objetivo de cumprir com a política de Regionalização do Turismo proposta pelo Governo do Estado de Minas Gerais e propagar o turismo nessa região. Essa associação atua por meio de uma gestão compartilhada entre 14 municípios mineiros a fim de promover o turismo sustentável na região, além da construção e preservação de uma identidade regional, já que esses municípios possuem características e objetivos semelhantes (CIRCUITO DAS ÁGUAS DE MINAS GERAIS, 2018).

Segundo Alcântara, Cordeiro Neto e Valadão (2017), um conjunto de pesquisas vêm tratando dessa questão. O interesse desse trabalho é por estas pesquisas. Elas podem ser acessadas por meio de teses (QUEIROZ, 2011; PORTUGUAL JÚNIOR, 2011), dissertações (TEIXEIRA CRUZ, 2017), artigos científicos (ALCÂNTARA; CORDEIRO NETO; VALADÃO, 2017; BEZERRA; BRANQUINHO, 2017; ALCÂNTARA et al., 2018), livros (GUIMARÃES, 2009) e capítulos de livros (ALCÂNTARA et al., 2018; SOUZA, 2018; VIANNA, 2018; PORTUGUAL JÚNIOR, 2018). Portanto, são trabalhos científicos finalizados e publicados. Segundo Spink (2010), nesse processo as dúvidas, subjetividades, interações e as múltiplas faces das pesquisas são “ocultados” e se perde a noção de construção social do conhecimento.

Nesse sentido, pretende-se investigar as razões, motivações, relações sociais, objetivos, desafios, enfim, um conjunto de questões – múltiplas faces das pesquisas (SPINK, 2010) – que são importantes para compreender a construção social das pesquisas. Na perspectiva socioconstrucionista adotada, são questões importantes: Houveram momentos em

que mais de uma versão destes trabalhos existiram? Houveram mudanças e por quais razões? Como as relações estabelecidas pelos pesquisadores influenciaram a sua pesquisa? Como os pesquisadores refletiram e se posicionaram sobre seus estudos? Qual a relevância do Circuito das Águas para as pesquisas? Em suma, procura-se entender como houve a construção das pesquisas. Além disso, utilizando a perspectiva construcionista, há o interesse em compreender como diversos pesquisadores constroem a água mineral enquanto objeto de estudo, pois, “objetos e critérios de verdade são produções sociais” (SPINK, 2010, p. 11).

Em especial, isso se faz importante quando se trata da água: “[...] os historiadores nos forçarão a reconhecer que a ‘água’ é um conceito contestado, e que as concepções mutáveis dela têm significações sociais e políticas, assim como éticas e morais, que podem, no entanto, ser incorporadas de maneiras muito diferentes na política da água” (HAMLIN, 2000, p. 324). Assim, a questão de Hamlin (2000, p. 2) “água é uma ou muitas?” (HAMLIN, 2000, p. 314), se traduz em: as pesquisas no Circuito das Águas mostram que a água mineral é uma ou são muitas?

Considerando isso, o presente trabalho delimita como foco as pesquisas que tem como objeto de estudo (ou se relaciona com) as águas minerais do Circuito das Águas do Sul de Minas, que se destaca pela qualidade da água mineral e abrange os municípios de Caxambu, Cambuquira, Lambari, Conceição do Rio Verde, Lambari, São Lourenço e outros. Delimita-se também que se tratam de estudos nas áreas de ciências sociais e humanas, e, que se apoia em uma perspectiva construcionista da ciência (SPINK, 1993; 2018). Deste modo, a questão de pesquisa é: Como foram construídas, a partir da perspectiva construcionista, pesquisas sobre as águas minerais no contexto do Circuito das Águas de Minas Gerais?

O objetivo da pesquisa é compreender a construção social de pesquisas das áreas de ciências sociais e humanas em torno das águas minerais. Especificamente, pretende-se:

- i. Sistematizar as publicações científicas relacionadas às águas minerais que incorporaram a problemática do Circuito das Águas de Minas Gerais;
- ii. Compreender como as pesquisas foram construídas a partir das interações entre pesquisadores, atores/organizações locais e o contexto sociocultural do Circuito das Águas;
- iii. Compreender como o objeto água é socialmente construído nas práticas de pesquisa científica.

O trabalho é dividido em mais cinco partes além desta introdução. Na parte 2 apresentam-se conceitos básicos do construcionismo social e na parte 3 se faz uma revisão de literatura de pesquisas que envolvem as águas minerais do Circuito das Águas. Na parte 4 são

apresentados os caminhos metodológicos. A parte 5 é dedicada a apresentar narrativas construídas a partir dos dados coletados e a discussão a partir da ótica do construcionismo. Finalmente, na parte 6, considerações finais, conclui-se o trabalho indicando contribuições, limitações e uma agenda de estudos.

2 CIÊNCIA E PESQUISA NO CONSTRUCIONISMO SOCIAL

Na visão socioconstrucionista, a realidade social não se separa das pessoas – as realidades sociais são entrelaçadas em interações cotidianas (SPINK, 2010). Por isso, Spink (2010) considera que compreender como se constroi o conhecimento científico é um dos tópicos de estudos dessa perspectiva.

O construcionismo é relacional e entende as práticas de pesquisa voltadas para a intersubjetividade e relações de alteridade entre “sujeito” e “objeto”. A construção das pesquisas é um empreendimento coletivo em que diferentes atores interagem modificando o curso do estudos, os objetivos, enfim, os resultados (SPINK, 2010). Isso ocorre, pois,

[...] a realidade social não existe em qualquer sentido concreto, mas é um produto da experiência subjetiva e intersubjetiva dos indivíduos. [o construcionismo] [b]usca compreender a dinâmica da esfera social a partir da visão dos atores envolvidos no processo. Assim, a proposta deste paradigma é compreender o mundo a partir da experiência subjetiva dos indivíduos [...] adota uma postura de ruptura com o modo tradicional de fazer ciência e busca ultrapassar a dualidade sujeito-objeto **situando o conhecimento no interior dos processos de interação social**. [...]. (ROSA; TURETA; BRITO. 2006, p. 42; grifo nosso).

A versão do construcionismo aqui seguida, de Mary Jane Spink, tem como influência a psicologia social de Kenneth Gergen. Esse autor trouxe a discussão da perspectiva construcionista para a psicologia na década de 1980. Para Gergen (1985 *apud* Spink, 2010, p. 09), “a investigação construcionista preocupa-se com a explicação dos processos por meio dos quais as pessoas descrevem e explicam o mundo em que vivem”. Fagan (2010) apresenta o socioconstrucionismo como tendo a característica bastante incomum de estar em grande parte “vazio de conteúdo”, dado que prefere a questão de “como” se dá as relações ao invés de “o que é”. Nesse sentido, a construção do conhecimento se dá em processos permeados por relações que fazem e se re-fazem. O “como” indica que é importante conhecer como se dá a investigação científica (BORGES et al., 2016).

O socioconstrucionismo também abre e legitima formas de trabalho que não separam investigação da intervenção, nem tampouco privilegiam uma racionalidade local em detrimento das demais, fornecendo uma maneira de orientação para a prática. Para Fagan (2010), as interações estabelecidas são carregadas de valor, incluindo, os cientistas. Dessa forma, essa visão mostra que

[...] fazer ciência não se configura apenas na manipulação técnica e neutra dos fatos científicos. Envolve uma **construção social cotidiana destes fatos em situações marcadas por jogos complexos de relações políticas e simbólicas**. [...] as reflexões sobre a ciência como prática social abrem novas perspectivas para a investigação de fenômenos peculiares relacionados como o fazer ciência na sociedade contemporânea (RIVERA; BRITO, 2015, p. 562; grifo nosso).

O socioconstrucionismo é, portanto, uma alternativa aos relatos abstratos e idealizados da ciência e marcados pela noção de neutralidade. Cunliffe (2008) reforça uma interação de “eu-em-relação-com-outros”, pois todos fazem parte da vida um dos outros, e tudo o que se faz é relacional e intersubjetivo – portanto, a ciência não seria construída externa a esses processos.

Nesse caminho, práticas dialógicas que se fundamentam numa visão relacional dos processos se tornam alternativas às maneiras desengajadas e desanimadoras de estar em relação (BORGES et al., 2016). É relevante ter conhecimento de que, intersubjetivamente, a vida é construída, porque vive-se em uma teia de relacionamentos e que a noção de intersubjetividade baseia-se na premissa de que duas ou mais subjetividades se tornam intersubjetivas à medida que coordenam-se respostas uns com os outros (CUNLIFFE, 2008).

[...] o construcionismo busca superar o **dualismo tradicional entre sujeito e objeto** (desafiando os próprios dualismos como base para uma teoria do conhecimento científico), desenvolvendo um novo quadro de análise fundamentado em uma teoria alternativa (não empirista) que ajuda a esclarecer os potenciais das ciências sociais e humanas. [...]. Consequentemente, **as formulações científicas não seriam resultado de uma aplicação impessoal de regras metodológicas descontextualizadas**, mas sim da responsabilidade de pessoas em trocas ativas comuns (BORGES et al., 2016, p. 394; grifo nosso).

Dessa forma, ao tratar da ciência, o construtivismo social investiga o movimento e os processos que explicam as diversas realidades existentes. Para Spink (2010), o construtivismo não é uma teoria, mas sim um movimento constante que não para no tempo, ou seja, possui

um andamento processual de transformações. Para Spink (2010), ao realizar uma investigação construtivista, é preciso considerar que o conhecimento é algo socialmente construído.

Spink (2010) concorda com Kenneth J. Gergen ao dizer que em certos grupos de relações existe uma visão, mas que existem inúmeros outros grupos, portanto inúmeras outras visões e perspectivas de pesquisa. Assim, não existe uma única realidade sobre os fatos, mas realidades múltiplas criadas a partir da socialização dos indivíduos na coletividade, isso é, é algo criado a partir das práticas sociais. Para Spink (2010), nada possui, de fato, um significado singular, portanto, não existe uma verdade única, tudo o que é real depende da sociedade e do entendimento que a mesma faz sobre algo – isso é pertinente para tratar das águas no “plural” como destaca Hamlin (2000). Ao mesmo tempo em que os indivíduos constroem o conhecimento, esse conhecimento molda o sujeito e o objeto daquela construção. É preciso desconstruir a dicotomia sujeito-objeto, considerando-os então como construções sociais intrínsecas e não dicotômicas.

O construcionismo social mostra que diferentes “fenômenos” são construções dos processos sociais e do movimento processual da historicidade e da cultura; liberta-se do que se considera como verdade (única), pois existem realidades múltiplas com verdades múltiplas; minimizando os efeitos nefastos de certas verdades; expondo as funções de certos posicionamentos, considerando que algo é bom ou ruim e ainda buscando pela mudança (SPINK, 2010).

Para Spink (2010), a pesquisa construcionista deve radicalizar a natureza social e considerar a historicidade das práticas sociais, ou seja, não há uma natureza que ordena a construção do social, mas um movimento histórico que explica e encaminha para a criação de uma nova realidade. Assim, o construtivismo social abrange as concepções, instituições, relações sociais e acordos sociais. Nesse sentido, para que haja um consenso em uma comunidade, é preciso que acordos sejam feitos para que se mantenha um mínimo de equilíbrio nos conflitos que, segundo Spink (2010), é algo muito comum em uma comunidade de compartilhamentos.

Spink (2010) diz que para que a pesquisa construtivista seja útil, é preciso que haja clareza para se explicar como está ocorrendo a construção social, não focalizar nas ideias, mas como esses pensamentos se desenvolveram, considerando as possibilidades, isso porque, para Spink (2010), o conhecimento depende da perspectiva, não sendo possível dizer que existe um único ponto de vista a ser considerado correto, pois se encontram perspectivas diferentes e um constante movimento de mudança.

Para a autora, é preciso que a pesquisa construtivista seja relativista e ao mesmo tempo deve se amparar na ética, já que sem a última, corre-se o risco de aceitar qualquer tipo de pensamento e realidade, mesmo que seja cruel. Com isso, o relativismo deve conter uma reflexão ética (SPINK, 2010).

Diante disso, mostrou-se que no ambiente do Circuito das Águas de Minas Gerais, encontram-se diversos grupos com realidades e verdades a partir de seus interesses em torno do objeto água mineral. Esses grupos constituem um espaço de conflitos de realidades (SPINK, 2010). Nesse sentido, é preciso se utilizar do relativismo (SPINK, 2010) para compreender os interesses diversos, mas sempre se pautar na reflexão ética na problematização dessa construção social.

3 REVISÃO DE LITERATURA DE PESQUISAS SOBRE ÁGUAS MINERAIS

A seguir será apresentado um debate sobre a questão das águas minerais e de seus conflitos a partir dos materiais da revisão de literatura.

3.1 Águas minerais e seus conflitos no Circuito das Águas de Minas Gerais

A água, como dito por Coutinho (2015), é um bem precioso de importância extrema para a sobrevivência do planeta e dos indivíduos. Segundo Coutinho (2015, p. 13) “o Ciclo Hidrológico global controla a oferta de água. A água utilizada diariamente pela humanidade é doce, e a recarga dos aquíferos e dos corpos superficiais ocorre através da precipitação, ou seja, pela existência do ciclo”.

Isso poderia supor que a água é um recurso infinito que se mantém constante ao longo do tempo, porém, é importante considerar que esses ciclos demandam um tempo de regeneração e a atual conjuntura do consumo não respeita o tempo necessário para tal e compromete o acesso à água em um futuro próximo e para as gerações futuras. Isso porque um recurso para ser ou não renovável deve considerar o ciclo hidrológico e, para Coutinho (2015, p. 14), “o recurso é renovável quando esse processo ocorre em escala compatível à da vida humana”.

Todos os indivíduos têm direito ao acesso e disponibilidade de água e, no caso do Brasil, esse direito está garantido pela Constituição Federal que diz em seu art. 225 que: “todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do

povo e essencial à sadia qualidade de vida” (BRASIL, 1988). Segundo a UNESCO (2003), a água doce, ou seja, a água propícia para consumo humano é de 1% e, segundo Coutinho (2015), essas águas estão distribuídas de forma desigual e muitas das vezes não possuem qualidade o que, para o autor, agrava a disponibilidade hídrica assimétrica, pois até se pode ter acesso à água, mas essa não é adequada para uso. Além disso, o autor enfatiza o fato de que a população mundial tem crescido exponencialmente, a poluição tem diminuído a oferta de água no planeta, e a agropecuária tem consumido muitos litros de água por processo implantado, o que fomenta a problemática. Coutinho (2015) considera que é de extrema importância se delinear um uso consciente ou um desenvolvimento sustentável, como dito por ele e enfatizado com o ideal de justiça hídrica dita por Dalla Corte (2015), conferindo ao poder público e aos cidadãos o dever de preservar e fazer um uso adequado desse recurso.

Coutinho (2015) ao dizer que “todo recurso hídrico é água, mas nem toda água é recurso hídrico” (COUTINHO, 2015, p. 23) ressalta outro embate em torno da preservação das águas, isso porque para Ninis e Drummond (2008) existem “duas águas”, a água como um recurso hídrico e as águas subterrâneas como recurso mineral, que são manejadas e reguladas de formas diferentes ou até de forma ambígua. Para Coutinho (2015), os recursos hídricos são as águas que, quando utilizadas, servem como um bem econômico e são preservados pela Política Nacional de Recursos Hídricos que tem como objetivo:

[...] assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água em padrões de qualidade adequados, a utilização racional e integrada dos recursos hídricos com vistas ao desenvolvimento sustentável e a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos decorrentes de origem natural ou pelo uso inadequado dos recursos (COUTINHO, 2015, p. 23).

Essa Política busca estabelecer um uso sustentável em que a sociedade junto à União possa preservar a fim de evitar a exaustão de recursos hídricos. Nesse mesmo sentido, as águas subterrâneas são tratadas de forma diferenciada, aonde não compete à União legislar sobre essas águas específicas, ficando a encargo dos Estados. Se por um lado a gestão por meio dos estados permite uma aproximação do gerenciamento aos locais de uso, por outro lado, não dota as águas subterrâneas da mesma importância. Para o autor, essas águas subterrâneas não são tão vulneráveis como as águas superficiais por estarem menos expostas, porém, é preciso um maior cuidado no manejo de tais, pois o dano pode ser irreversível (COUTINHO, 2015). Nesse espectro das águas subterrâneas é englobada a água mineral que não é considerada como recurso hídrico subterrâneo, mas sim um recurso mineral.

A Constituição Federal de 1988 determina expressamente que os recursos minerais são bens da União (art.20, IX). A pesquisa, a lavra e qualquer aproveitamento dos potenciais de jazidas e demais recursos minerais dependem diretamente da autorização ou concessão da União (art.176, §1º). Para regulamentar a questão minerária, o país conta, ainda, com o Decreto-Lei nº 227 de 1967, denominado Código de Mineração (COUTINHO, 2015, p. 30).

O Código de Mineração determina então que:

[...] os recursos minerais são formados por massas individualizadas de substâncias minerais ou fósseis, encontradas na superfície ou no interior da terra (art.2º, I, do Código de Mineração)”. Tais massas são as chamadas “jazidas”. “Essas possuem valor econômico e podem estar aflorando à superfície ou estar no interior da terra, sendo que, quando em lavra, são chamadas de “mina” (art.4º). (COUTINHO, 2015, p. 30-31).

Além disso, o autor diz que o recurso mineral que tem uma valoração econômica passa a ser considerado apenas como minério e pode ser aproveitado. Porém, a água mineral se torna atípica. No entanto, para alguns autores, ela pode ser considerada água mineral já que possui uma gama de minerais (COUTINHO, 2015).

Essas águas por agruparem propriedades minerais são primeiramente reconhecidas pelas suas capacidades terapêuticas. No Brasil, as águas minerais foram descobertas por viajantes, tropeiros e caçadores, nos momentos de reconhecimento do território brasileiro e atraíram visitantes e moradores para as regiões dessas fontes em função das propriedades das águas minerais que lhes serviam como “remédio” (BEZERRA; BRANQUINHO, 2017).

Nas vias mineiras, notadamente em sua parte meridional, não circulavam apenas o ouro e as pedras preciosas que abasteciam a província, mas também enfermos que buscavam a cura nas águas de Campanha (ANDRADE, 2004, p. 190). Foi, portanto, junto com a descoberta - por viajantes, tropeiros e caçadores - desses lugares de águas virtuosas que disseminaram-se por toda a Corte as notícias sobre os povoados do Sul da Província de Minas. Os viajantes na busca de cura para os seus males vinham de partes distintas, desde as províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo, assim como das vilas e dos distritos vizinhos. As viagens familiares para o tratamento com as águas minerais eram comuns e pareciam oferecer benefícios que compensavam a possibilidade de investidas por parte de bandoleiros e os riscos associados às travessias, como a topografia acidentada e as intempéries climáticas. Uma vez expostas aos tratamentos com as águas virtuosas, as famílias permaneciam no local por um tempo prolongado, o que nos permite imaginar a importância dessa atividade para a história da região (ANDRADE, 2004, pp. 191-192). (BEZERRA; BRANQUINHO, 2017, 86-87).

Ninis e Drummond (2008) defendem que o desenvolvimento de diversas regiões ao valor medicinal das suas águas que criaram uma cultura local e um turismo que, construiu a história dessas localidades (NINIS; DRUMMOND, 2008). Além disso,

[...] a montagem de uma estância hidromineral é um processo caro e vinculado aos cenários do turismo e da medicina. Ao redor de toda essa estrutura, encontra-se a água mineral, bem dotado de valor econômico, medicinal, cultural e ambiental, que ao ser extraída para além dos limites de recarga dos aquíferos, pode comprometer-se em quantidade e qualidade, desarticulando todo um sistema econômico e cultural montado em torno da estância hidromineral (NINIS, 2006, p. 07).

Isso traz um conjunto de consequências, pois, “[...] a água mineral, bem dotado de valor econômico, medicinal, cultural e ambiental, ao ser extraída para além dos limites de recarga dos aquíferos, pode extinguir-se ou alterar-se, corrompendo todo um sistema econômico e cultural montado em torno da estância hidromineral” (NINIS, 2006, p. 13). Segundo o Código de Águas Minerais de 1945, essas águas possuem propriedades e composições físico-químicas que as distinguem das águas comuns, porém, quando passam pelo processo de envase, por exemplo, perdem grande parte das suas propriedades (COUTINHO, 2015). Coutinho (2015) diz que,

Segundo o Serviço Geológico do Brasil (CPRM), o que diferencia as águas minerais das demais águas subterrâneas são os usos a que destinam. As águas minerais são utilizadas para fins de envase e balneabilidade, ou seja, podem ser utilizadas apenas para engarrafamento e recreação e atividades de contato primário, enquanto as demais subterrâneas podem ter os mais variados usos, como a indústria, agricultura e abastecimento público (COUTINHO, 2015, p. 38).

Com esses propósitos, se tem as estâncias hidrominerais, que é um exemplo dos fins de recreação. Essas instâncias hidrominerais, segundo Ninis e Drummond (2008), englobam valores econômicos e culturais e são estritamente voltadas para o turismo e para a medicina, nas quais águas minerais é a razão dessas estâncias existirem. Ninis e Drummond (2008) dizem ainda que:

Uma estância hidromineral tipicamente oferece um parque de águas, que agrega valores específicos embutidos na sua beleza natural, na biodiversidade e na potencialidade de curas por meio da balneoterapia e crenoterapia. Há ainda o valor cultural e simbólico dos parques para as comunidades que os abrigam. Além disso, os parques contêm uma beleza cênica incrementada pelo paisagismo, pela jardinagem e por monumentos de valor cultural e simbólico. Os parques têm também a capacidade de oferecer bem-estar para os seus visitantes esporádicos e regulares, dentre os quais se

incluem os residentes das próprias estâncias hidrominerais (NINIS; DRUMMOND, 2008).

Coutinho (2015) diz que as águas minerais englobava uma série de fatores que a caracterizava como um mineral, sendo eles “a composição mineral, o valor econômico, a raridade e a utilidade pública” (COUTINHO, 2015, p. 40), porém, com o avanço da indústria farmacêutica, as águas engarrafadas perderam as suas propriedades ao serem comercializadas, sem mais nenhuma raridade devido ao fácil acesso e a atribuição de valor econômico a todas as águas, as águas minerais se aproximam das características das demais águas e até desmistificam o engrandecimento das estâncias hidrominerais, pois as águas estão mais acessíveis (COUTINHO, 2015).

Essas águas vão além de suas composições terapêuticas, devem ser utilizadas com a consciência de que foi a partir delas que muitas civilizações e culturas se desenvolveram. Ao longo da história inúmeros casos de povos que se uniram e desenvolveram sociedades na busca pela água, evidencia a sua importância para a biofísica humana e para a formação dos espaços sociais.

Assim, foi a partir do objeto de estudo desse trabalho, as águas minerais, que surgiram as cidades nas mais diversas localidades. A água mineral foi algo comum aos indivíduos que ali se instalaram, mas com a visualização das possibilidades de uso desses aquíferos, a água mineral passou a ser um objeto controverso por englobar uma gama de atores sociais com interesses distintos. Para Bezerra e Branquinho (2017), isso é chamado de controvérsias.

Essas controvérsias podem impedir o bom uso de recursos, a exaustão das fontes, impossibilitar um consenso, e até ameaçar a preservação das águas minerais, mas também podem gerar discussões, aproximações, diálogos que construam espaços de coexistência.

Além da configuração dos espaços, a água tem uma grande importância para todos os indivíduos, seja por garantir a vida ou por estabelecer as relações sociais, isso porque estimula interações e desencadeiam conflitos socioambientais (ALCÂNTARA; SANT'ANNA; PEREIRA, 2018).

Quando Bezerra e Branquinho (2017) tratam desses conflitos, ele trata das controvérsias que ambientam essas regiões, e afirma que controvérsias criam os espaços, aonde existem vários conflitos entre os diversos atores e estes precisam coexistir em um mesmo ambiente, pois o objeto da controvérsia é único e não é possível que esses atores se ignorem. Assim, eles procuram recriar o ambiente em que vivem em um espaço conjunto

onde coexistam várias perspectivas. Essas controvérsias servem para se construir uma visão panorâmica desse ambiente, no qual é possível vislumbrar e se debater a fim de moldar as relações e os espaços (BEZERRA; BRANQUINHO, 2017).

Para Bezerra e Branquinho (2017), isso não significa que as relações serão simétricas nesses novos espaços de coexistência, o que Bezerra e Branquinho (2017) traz como diferencial é considerar que os atores não são somente os humanos (BEZERRA; BRANQUINHO, 2017).

Com isso, a dificuldade em torno do objeto se agrava, pois se tem inúmeras controvérsias que em sua maioria não se conversam e coexistem em um mesmo ambiente, trazendo objetivos discrepantes. Ao mesmo tempo, esses objetivos devem ser tratados de modos diferentes, pois, como dito por Bezerra e Branquinho (2017, p. 93) é preciso: “Conferir diferentes visibilidades para diferentes pontos de vista dos atores de acordo com a sua representatividade, influência e interesse”.

Para Bezerra e Branquinho, a representatividade se relaciona com a quantidade de atores envolvidos. A influência são as posições desses atores em impactar as ações e o interesse é a atenção às demais controvérsias (BEZERRA; BRANQUINHO, 2017). Assim, para Bezerra e Branquinho, a garrafa de água mineral é um objeto que carrega uma gama de controvérsias e a primeira controvérsia surgiu no início das explorações dessas fontes. Quando foi constatado um rebaixamento enorme do nível das águas, houve o questionamento do tratamento conferido a água, indagando se esta seria um minério ou um recurso hídrico, e como fazer para preservar essas águas minerais, e assim, por meio das controvérsias adotar novos caminhos e comportamentos (BEZERRA; BRANQUINHO, 2017).

O valor atribuído a água diz muito sobre como ela será manejada, já que cada indivíduo tem os seus interesses e é preciso uma legislação que regulamente o uso dessas águas minerais. Para o atual arranjo institucional brasileiro, existem “duas águas”, uma água é regulamentada pela Política Nacional de Recursos Hídricos e é considerada como bem comum, e a outra água é aquela considerada como minério gerida pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) ou Agência Nacional de Mineração (ANM) a partir de 2017, e isso gera impactos ambientais, econômicos, sociais, políticos (GUIMARÃES, 2009; PORTUGAL JÚNIOR; REYDON; PORTUGAL, 2015). Ninis e Drummond (2008) enfatiza essa divisão de leis quando diz que:

Isso é um ponto omissos ou contraditório da legislação brasileira. Em termos efetivos, ocorre a distinção legal entre as águas minerais e potáveis de mesa, geridas diretamente por uma autarquia da União, e as águas subterrâneas comuns, de domínio dos estados e submetidas aos instrumentos de gestão

descentralizada e participativa, previstos na Lei das Águas de 1997. Uma água subterrânea é, em bases legais, um recurso hídrico a ser gerido pelo Ministério do Meio Ambiente, mas, a partir do momento em que ela é identificada como potável e passível de engarrafamento, deixa de ser recurso hídrico para ser um recurso mineral, gerida pelo DNPM (NINIS; DRUMMOND, 2008, p. 154).

A gestão das áreas de extração de água mineral sob tutela do DNPM é um obstáculo, na visão de Ninis e Drummond (2008), para algum tipo de proteção ambiental. Isso foi constatado por Ninis e Drummond (2008) quando ela entrevistou uma procuradora do DNPM. Nessa entrevista, a legislação serviu de respaldo para o DNPM, já que essas leis permitem que os aquíferos sejam explorados até a exaustão. A procuradora disse ainda que a água mineral não é fundamental para a população já que é um pequeno público que a consome.

O DNPM é a responsável pelas concessões e pela fiscalização, mas não se apoia e nem se identifica com as propostas de sustentabilidade, o que reforça a necessidade de uma modificação na lei vigente para que se protejam essas águas, pois o DNPM não tem essa responsabilidade e não se interessa pela preservação das fontes, pois o enquadramento das águas minerais, de certa forma, desconfigura esse direito à sustentabilidade, gerando uma ambiguidade na Constituição Federal, pois o Código de Águas Minerais e o Código de Mineração consideram a água mineral como minério, fragilizando e fazendo com que esses recursos fiquem desprotegidos e suscetíveis à exploração insustentável e ao risco de exaustão dessas fontes, focando essencialmente nos fins econômicos dessa exploração (NINIS; DRUMMOND, 2008).

A exploração insustentável acarreta, segundo Ninis e Drummond (2008) na perda da identidade local, no comprometimento do turismo e das atividades econômicas que dependem dessas águas, e no enfraquecimento do Circuito das Águas como um todo, pois há uma relação direta dessas fontes com a cultura local, com a configuração dos espaços e com as atividades produtivas, evidenciando a necessidade de se respeitar o ciclo hidrológico. Assim, é possível perceber a multifuncionalidade desses aquíferos, para além do viés econômico apenas, pois existem interesses que devem ser preservados, inclusive o tempo para o Meio Ambiente se regenerar (NINIS; DRUMMOND, 2008).

Nesse sentido, Bezerra e Branquinho (2017) questionam a relação entre os atores, já que ao se pensar na predileção dos fins econômicos, os atores passam a cultivar relações assimétricas, inclusive o meio ambiente que não tem os seus direitos preservados (BEZERRA; BRANQUINHO, 2017).

Com o intuito de proteger o meio ambiente, o governo federal instituiu uma normativa que gerou controvérsias com os municípios detentores de fontes de águas minerais (NINIS; DRUMMOND, 2008). A normativa previa que essas localidades precisavam instalar estâncias hidrominerais. O problema detectado por Ninis e Drummond (2008) na instalação de instâncias hidrominerais é a ambiguidade gerada, há um dispêndio de recursos para a instalação dessas instâncias hidrominerais e ao mesmo tempo, a legislação brasileira determinando que as águas minerais são minérios podendo ser exploradas até a exaustão, transforma essa iniciativa em um risco, já que, em algum momento essas instâncias podem se tornar obsoletas.

[...] são definidas tanto como bem mineral a ser explorado até à exaustão (nos códigos) quanto como bem ambiental a ser preservado para futuras gerações (na Lei 9.443/1997). Os códigos são mais antigos, concebidos sem preocupação com a sustentabilidade do recurso, enquanto que a Política Nacional de Recursos Hídricos, de 1997, foi concebida num contexto influenciado por uma nova visão de sustentabilidade e de gestão integrada dos recursos hídricos. No fim das contas, as águas minerais e potáveis de mesa não são reconhecidas, política e administrativamente, como recursos hídricos, mas como recursos minerais da classe VIII, sob gestão exclusiva do DNPM. É nesta contradição que está ancorada a ameaça à estabilidade comunitária das estâncias hidrominerais (NINIS; DRUMMOND, 2008, p. 153-154).

Assim, se o governo federal determina que essas estâncias são necessárias nessas regiões e ao mesmo tempo permite que a exploração seja levada até a exaustão dos recursos, há uma deslegitimação da própria iniciativa, pois o risco de escassez dessas águas que são os objetos principais dessas estâncias, não justifica a existência das mesmas.

O Código das Águas Minerais de 1945 deveria se submeter à Lei 9.433/1997, que procura suavizar as imposições do Código. Essa lei diz:

1) a água é um bem de domínio público; 2) a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico; 3) a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas; e 4) a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades; dentre outros princípios (NINIS; DRUMMOND, 2008, p. 153).

Ou seja, amplia a visão conferida pelo Código das Águas Minerais, considerando o recurso como finito com usos distintos, além de promover uma democratização da gestão,

mesmo que a exploração ainda esteja pautada no Código de Águas Minerais e no Código de Mineração (NINIS; DRUMMOND, 2008).

Alcântara, Pereira e Vieira (2018) se apoiam nessa descentralização ao dizerem que é preciso democratizar a gestão das águas minerais, já que isso configuraria uma lógica em que o direito à água é dos indivíduos e não do mercado, estimulando a participação social e uma lógica que considere as necessidades da sociedade civil. Os autores defendem uma noção de “gestão social” orientada pelo diálogo entre os atores sociais a fim de se inserirem na gestão e influenciar as decisões políticas (ALCÂNTARA; PEREIRA; VIEIRA, 2018). Isso evidencia a relevância das denominações da água como bem comum ou minério, pois é a partir dessas definições que são definidas as práticas de gestão dessas águas que, segundo Alcântara, Pereira e Vieira (2018), as práticas podem ser:

[...] Preservação e Proteção das Águas, Crenoterapia, Turismo nas Fontes, Uso Local, Engarrafamento Industrial, Pesquisa Acadêmica e Contestação Pública. Essas práticas se formaram historicamente nas relações entre diferentes ações, atores e interesses em torno das águas minerais, bem como, os diversos entendimentos das mesmas como bem econômico, mercadoria, bem cultural, direito humano, medicamento, etc. Essas práticas revelam também hibridismos e tensões na gestão das águas minerais (ALCÂNTARA; PEREIRA; VIEIRA, 2018, p. 08).

Porém, diante da ambiguidade da legislação e apesar das tensões e controvérsias, a sociedade civil busca compor e influenciar a gestão dessas águas, justamente por haver essa discrepância de interesses e uma legislação que fragiliza as águas minerais e favorece o viés econômico. O detentor do direito à exploração das fontes não está descumprindo as normativas, pois existem brechas que permitem que os processos sejam assim conduzidos. Diante disso, surge a necessidade de uma lei única que trate das águas minerais, pois:

Foi visto que o DNPM trata a água mineral como qualquer outro recurso mineral, não se preocupando com a preservação de suas propriedades especiais. Com a expansão do mercado, a exploração da água mineral voltou-se para fins exclusivamente comerciais, por meio do engarrafamento. A legislação brasileira, da maneira como está, não consegue promover uma regulação que combine a exploração do recurso com a sua proteção e conservação. Assim, o Brasil, como detentor de grande parcela da água doce do planeta, torna-se alvo de grandes empreendimentos para o setor, pois a exploração indiscriminada tem apoio legal (NINIS; DRUMMOND, 2008, p. 156).

Ninis e Drummond (2008) enfatiza que não é contra o engarrafamento de água mineral, mas que essa prática deve estar pautada nos ideais de sustentabilidade e de respeito ao ciclo hidrológico das fontes (NINIS, 2006). Além disso, se faz necessária uma fiscalização que preze para que não haja o esgotamento desses aquíferos, pois para Coutinho (2015) se forem poluídos ou exauridos, a regeneração se torna extremamente difícil se não impossível.

A Constituição Federal de 1988 pautada no modelo participativo, legitimou as então já engajadas sociedades civis organizadas, essas se relacionam com a esfera política por meio de movimentos populares, conselhos, dentre outros meios, impactando e participando da gestão pública. Essas iniciativas da sociedade civil têm ganhado força e se propõem a intervir de forma efetiva. No caso das águas minerais e do Circuito das Águas de Minas Gerais, existe uma entidade composta por membros da sociedade civil, do Poder Público e até do Ministério Público, intitulado “Guardiões das Águas”. Essa entidade tem ganhado espaço de atuação e se posiciona inclusive contra processos licitatórios que ameacem a sustentabilidade do Circuito das Águas nas três cidades de atuação dos “guardiões das águas” (ALCÂNTARA; SANT'ANNA; PEREIRA, 2018). Para Alcântara, Sant'Anna e Pereira (2018), o Circuito das Águas de Minas Gerais é:

Um espaço físico, pois, delimita municípios localizados no Sul de Minas Gerais, uma região turística que possui uma longa história com as águas minerais. Além disso, é também um espaço simbólico, primeiramente, pela questão da valorização das águas minerais como medicinais, construtora de identidades, bem cultural e fonte de identificação. Além disso, é um espaço simbólico de lutas entre diferentes práticas (portanto, ações, atores, representações, discursos, etc.) de gestão, exploração e uso das águas minerais: práticas de exploração, de uso medicinal, de atividades turísticas, de preservação, de uso comum, de privatização, de degradação, de uso insustentável, entre outras (ALCÂNTARA; SANT'ANNA; PEREIRA, 2018, p. 10).

Como dito por Alcântara, Sant'Anna e Pereira (2018), o Circuito das Águas de Minas Gerais configura um “espaço físico-simbólico” que confere aos indivíduos um espaço de reconhecimento e valores, no qual os indivíduos se sentem pertencentes ao espaço e interagem, nesse caso, componham a entidade dos “guardiões das águas” (ALCÂNTARA; SANT'ANNA; PEREIRA, 2018). Alcântara, Valadão e Cordeiro Neto (2018) mostraram como neste espaço emergiu uma série de controvérsias pelo uso e exploração dessas águas.

Essa sensação de pertencimento é extremamente enriquecedora para o movimento, justamente por possibilitar que os mais variados atores se envolvam nessa causa justamente

por se reconhecerem como afetados e componentes daquela sociedade. Talvez seja por isso que se tenha uma aderência até mesmo dos poderes locais nesse movimento.

Alcântara, Sant'Anna e Pereira (2018) transcrevendo uma entrevista concedida por um representante da ONG Nova Cambuquira, ressaltou justamente essa noção de pertencimento ao dizerem que essas fontes são a história daquela localidade e que a luta é coletiva, pois não é somente preservar aquelas águas, mas preservar também a identidade daquelas pessoas e daquele lugar. Esses espaços então permitem que existam forças que sustentem essa identidade cultural em torno das águas minerais (ALCÂNTARA; SANT'ANNA; PEREIRA, 2018). Essas forças são as características dessa localidade, ao reconhecer essas interações é possível compreender a relação do espaço na formação dos indivíduos e na interdependência entre eles e com o ambiente.

Foi feita uma revisão de literatura (não sistemática) dos artigos, livros e demais materiais bibliográficos que discutem a questão das águas minerais. Foram priorizados trabalhos nas áreas de ciências sociais e humanas e, ainda, aqueles que tivessem sua pesquisa empírica no Circuito das Águas de Minas Gerais (Quadro 1).

Quadro 1: Revisão de literatura.

Título	Referência
1. Água mineral São Lourenço – o homem, a economia e o direito	Ninis (2006)
2. A Ecologia Política e a Exploração da Água Mineral São Lourenço	Ninis (2007)
3. Áreas (des)protegidas do Brasil: as estâncias hidrominerais	Ninis e Drummond (2008)
4. Direitos coletivos ambientais e a exploração (in)sustentável das águas minerais	Guimarães (2009)
5. Américo Werneck: o Hausman de águas virtuosas	Castilho (2011)
6. Águas (de) São Lourenço: investigação sobre os impactos da exploração de água mineral no turismo sustentável	Oliveira (2011)
7. O campo das águas envasadas: determinantes, políticas públicas, consequências socioambientais, qualidade das águas e percepções	Queiroz (2011)
8. Águas minerais e recursos hídricos: uma perspectiva de gestão integrada	Scalon (2011)
9. Conflitos ambientais em Minas Gerais: exploração da água na microrregião de São Lourenço	Carneiro e Assis (2013)
10. Gestão das águas minerais no Brasil – panorama legal atual e perspectivas futuras	Gesicki e Sindico (2013)
11. O direito à água como política pública na América Latina: uma exploração teórica e empírica	Castro, Heller e Moraes (2015)
12. As diferentes visões empresariais sobre a gestão ambiental: estudo de caso com indústrias de água mineral do Circuito das Águas do Sul de Minas	Portugal Júnior et al. (2015)
13. A Nestlé e o lado sombrio da exploração de água mineral no Brasil: um olhar decolonial	Lobato, Mafra e Fontoura (2015)
14. Água – recurso mineral: o paradoxo hídrico resultante da regulamentação jurídica aplicada às águas minerais no Brasil.	Coutinho (2015)
15. As águas minerais no Brasil: uma análise do mercado e da	Portugal Júnior,

Título	Referência
institucionalidade para uma gestão integrada e sustentável	Reydon e Portugal (2015)
16. A controvérsia sobre as águas: uma proposta de integração institucional e de políticas públicas para o segmento de águas minerais no âmbito da gestão de recursos hídricos	Portugal Júnior (2016)
17. Consulta pública como instrumento político: controvérsias em torno da exploração da água mineral no circuito das águas em minas gerais	Alcântara, Neto e Valadão (2017)
18. Quem controla a água? Mapeamento de controvérsias na guerra das águas em São Lourenço/MG	Bezerra e Branquinho (2017)
19. O poder terapêutico das águas minerais em Minas Gerais: do conhecimento popular ao científico	Schreck (2017)
20. Gestão social da água mineral no município de cambuquira – minas gerais	Cruz (2017)
21. A colonialidade no discurso corporativo da “água da boa mesa” sob a ótica da análise crítica do discurso	Mafra e Lobato (2017)
22. Água como bem público: uma análise exploratória sob a luz da sociologia pragmática	Sales (2017)
23. A construção dos sentidos e interesses no uso da água mineral em Cambuquira-MG: um estudo à luz da gestão social	Teixeira (2017)
24. Clamor das águas: a busca por nova identidade para as águas minerais no Brasil	Souza et al. (2018)
25. As águas minerais a partir do mundo-da-vida: constituição dos guardiões das águas no sul de minas gerais	Alcântara et al. (2018)
26. Práticas de gestão social das águas minerais: um estudo no município de cambuquira, sul de minas	Alcântara, Pereira e Vieira (2018)
27. Os “guardiões das águas” no circuito das águas de minas gerais: um estudo a partir do modelo de estruturação dos sistemas sociais de ação coletiva	Alcântara, Sant'Anna e Pereira (2018)
28. Formação de esferas públicas em Habermas a partir da análise de discurso crítica de Fairclough: um estudo em Cambuquira - Minas Gerais	Cruz e Garcia (2018)
29. Análise de argumentos em processos deliberativos: aplicação ao debate público sobre as águas minerais no sul de minas gerais	Silva et al. (2018)
30. Tecnologias sociais na gestão das águas no âmbito do projeto gestão social, esfera pública e governança deliberativa no Circuito das Águas	Silva Souza (2018)
31. Práticas de gestão social das águas minerais de Cambuquira, Minas Gerais, Brasil	Alcântara e Pereira (2018)

Fonte: Elaborado pela autora.

A seguir construímos uma síntese das pesquisas sobre águas minerais no Circuito das Águas, destacando significados das águas minerais, conflitos, atores envolvidos e possíveis soluções levantadas pelos estudos.

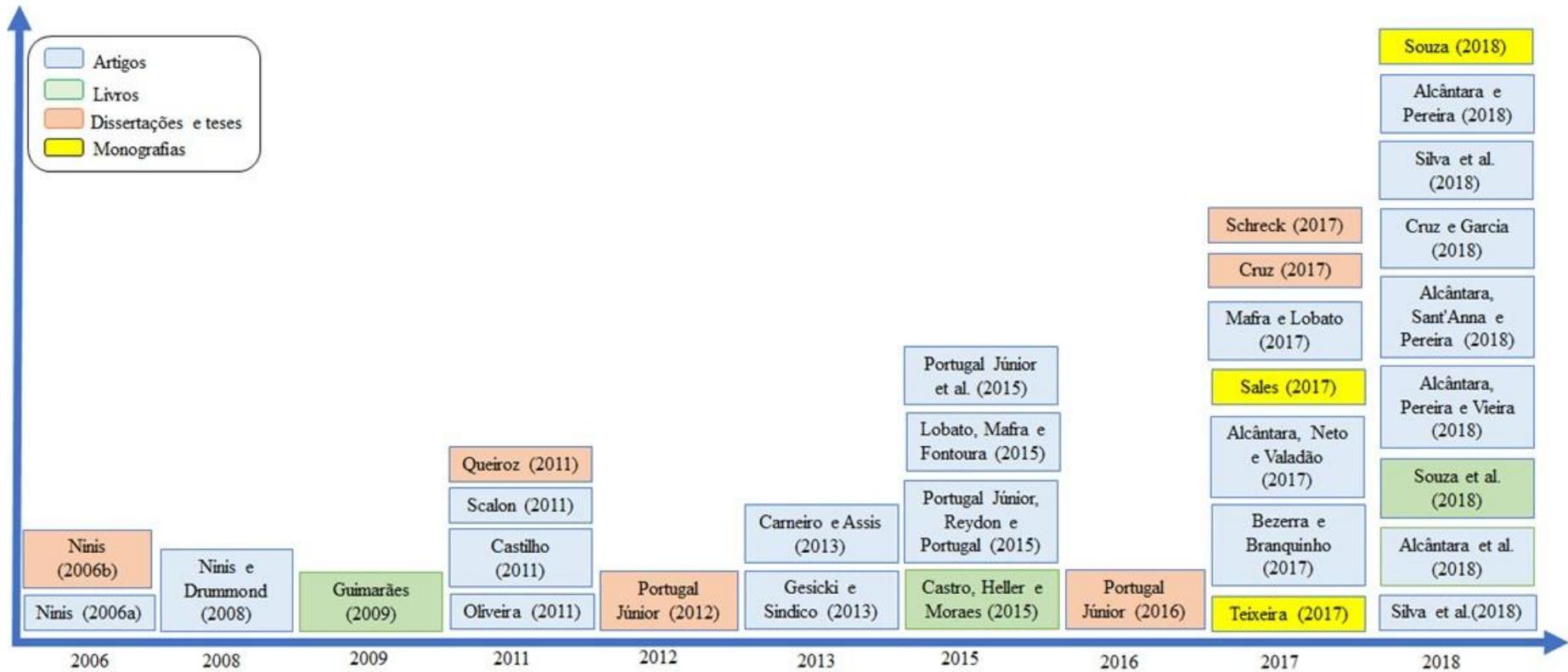
3.2 Uma síntese das pesquisas sobre águas minerais no Circuito das Águas

A Figura 2 apresenta o mapeamento das pesquisas entorno das águas minerais que trataram do Circuito das Águas de Minas Gerais. É importante salientar o aumento de

pesquisas entorno dessa temática, e que apresentam razões diversas, como por exemplo, o problema no caso de superexploração de águas minerais no município de São Lourenço no Circuito das Águas de Minas Gerais, que chamou atenção para esse problema silenciado; ou ainda pela crise hídrica que já começou a surgir e coloca as águas minerais como uma alternativa, junto a isso uma legislação que desprotege esses recursos ou ainda um interesse pessoal e sentimental. O fato é que, a produção desses estudos apresenta um caráter crescente em que uma pesquisa serve de estímulo para as demais.

Assim, é possível observar que ao longo dos últimos anos as pesquisas têm crescido (Figura 2) sobre esse tema nos mais variados formatos (dissertações e teses, artigos, livros e monografias), tornando a discussão sobre as águas minerais um assunto relevante e uma forma de denunciar, descrever, compreender e constatar os acontecimentos, conflitos, contextos a fim de que haja um embasamento teórico que fundamente proposições acerca das controvérsias que lá ambientam.

Figura 2: Literatura mapeada de pesquisa sobre águas minerais.



Fonte: Elaborado pela autora.

O Quadro 2 apresenta questões sobre as águas minerais e uma síntese a partir da literatura trazendo os significados da água mineral. Percebe-se que os conceitos são amplos e que alguns chegam a variar de forma bastante contraditória. Como coloca Vianna (2008), as águas minerais são de difícil definição: ora minério, ora medicamento, ora bem econômico etc.

Quadro 2: Significados das águas minerais presentes nos estudos.

SIGNIFICADOS DA ÁGUA MINERAL	<ul style="list-style-type: none"> ❖ As águas minerais, segundo o Decreto-Lei Nº 7.841 de 8 de agosto de 1945 (Código de Águas Minerais) são recursos com composição química e propriedades físico-químicas diferenciadas das águas comuns, já que possuem ação medicamentosa sendo encontradas em fontes naturais e/ou em fontes captadas artificialmente. Existem doze grupos de águas minerais e vários tipos de fontes que se diferem quanto aos gases presentes e quanto á temperatura (BRASIL, 1945). ❖ As águas minerais são águas de superfície infiltradas no solo, trazem uma composição de sais minerais e maiores temperaturas, além disso, cada fonte possui uma característica específica já que depende da quantidade de sais e da formação geológica de cada local (SCALON, 2011). ❖ As águas minerais possuem características peculiares e o seu tratamento difere das águas comuns e a transforma em alvo de conflitos (CRUZ, 2017). ❖ Existem atores com interesses distintos nesses recursos, sendo eles, e cada um deles faz um entendimento da mesma, o mercado de águas engarrafadas denomina as águas minerais como commodity, o poder público que seguindo a legislação a trata como minério, o Ministério Público a considera um bem difuso e a sociedade civil a considera um bem comum (CRUZ, 2017). ❖ O mercado e o poder público se apoiam no Código de Mineração, que entendem a água mineral como minério e que podem ser explorados até a exaustão, a sociedade civil de apoia na Política Nacional de Recursos Hídricos que legisla que água é bem comum e o Ministério Público defende a sociedade civil organizada, seguindo a Constituição Federal (CRUZ, 2017). ❖ A água mineral é um assunto a ser discutido por ser considerada uma das heranças da Terra e deve ser preservada como bem público e por uma legislação sólida que preze pela justiça social (NINIS; DRUMMOND, 2008). ❖ As águas minerais trazem referências simbólicas, como o poder de cura, o mito, a ligação com a religião e uma força característica atribuída as águas, como uma divindade (QUEIROZ, 2011). ❖ Os indivíduos e grupos atribuem significados à água e a partir daí surgem os conflitos, pois a água engloba inúmeros usos e entendimentos e cada indivíduo se apropria daqueles que os convém, seja para fins medicinais, de lucratividade ou apenas para consumo humano (ALCÂNTARA; SANT'ANNA; PEREIRA, 2018).
-------------------------------------	--

Fonte: Elaborado pela autora.

O Quadro 3 retrata os motivos dos conflitos que permeiam as águas minerais mapeados na literatura.

Quadro 3: Motivos dos conflitos pelas águas minerais no Circuito das Águas.

MOTIVOS DOS CONFLITOS	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Os conflitos surgem dos problemas institucionais, mas também em decorrência dos casos de exploração insustentável de águas minerais. Isso ocorre principalmente pelo arcabouço legislativo ultrapassado, isso porque a legislação ainda trata as águas minerais com foco no tratamento medicinal e não contempla o foco econômico que surgiu em torno delas, além da fiscalização falha dos órgãos responsáveis por gerir as águas minerais (PORTUGAL JÚNIOR, 2016). ❖ Os conflitos decorreram de uma má utilização dos aquíferos. A má utilização decorre de uma legislação retrógrada que não se preocupa com o esgotamento das fontes, além disso, tem crescido substancialmente os requerimentos para concessões dessas fontes e o DNPM possui uma estrutura muito pequena para atender todo o País, fazendo com que a fiscalização seja cada vez mais precária (QUEIROZ, 2011). ❖ A Terra tem se mostrado pequena para as demandas extrativistas – isso faz com que movimentos lutem contra processos de exploração de recurso naturais (BEZERRA; BRANQUINHO, 2017). ❖ Os conflitos têm surgido justamente pela escassez de água e pelos prejuízos advindos da exploração insustentável que, gera um conflito de movimentos sociais contra as empresas, cobrando das autoridades a intervenção por meio de ações que preservem essas águas (MAFRA; LOBATO, 2017). ❖ Existe a associação das águas à cultura local e a relação do bem comum <i>versus</i> a visão economicista que ameaça a sustentabilidade dos recursos (TEIXEIRA, 2017). ❖ Os conflitos surgem das reações ao equilíbrio hidrológico em decorrência da exploração desenfreada, fiscalização falha e ausência de políticas públicas que garantam a recarga das reservas, ou seja, que assegure o ciclo hidrológico e a não contaminação das fontes (QUEIROZ, 2011). ❖ É devido ao crescimento da indústria de águas envasadas e a disputa entre as empresas que transformam a água em mercadoria para legitimar a exploração das mesmas, como um grande fomentador dos conflitos entre as empresas e os movimentos sociais. São esses os motivos pelo qual os conflitos se tornaram tão conhecidos e pesquisados, pois há uma preocupação com a preservação pelas águas minerais estarem ameaçadas, tão contarem com uma legislação forte, envolver inúmeros fatores e desencadear conflitos que necessitam de atenção (LOBATO; MAFRA, 2017). ❖ “[...] existe uma diversidade de conflitos em torno da exploração dessas águas minerais – o caso de São Lourenço é o mais conhecido, quando a questão é a exploração privada desse recurso” (SILVA et al., 2018, p. 01). ❖ Os conflitos entorno das águas é muito característico, existe a associação das águas à cultura local e a relação do bem comum <i>versus</i> a visão economicista que ameaça a sustentabilidade dos recursos (ALCÂNTARA; SANT'ANNA; PEREIRA, 2018). ❖ A motivação dos conflitos é a busca por justiça das águas pelas comunidades locais (CORTE, 2015). ❖ Os conflitos surgem em decorrência de uma legislação que não estampa a realidade das águas minerais, com muita abertura para interpretações que convenha a cada ator social interessado unida a uma fiscalização falha com tendência a se agravar e com a preocupação de atores em relação ao esgotamento dessas fontes (CRUZ, 2017). ❖ “Na análise da gestão das águas minerais no Brasil notamos uma situação de conflito de competências geradas por um vácuo entre as leis” (NINIS, 2006, p. 08). ❖ O mais expressivo conflito de superexploração de água é o caso ocorrido em São Lourenço- Minas Gerais. Esse caso teve repercussão internacional, mas não recebeu tanta atenção da mídia nacional. A sociedade civil e movimentos sociais exerceram pressão frente às irregularidades da empresa e obtiveram êxito (QUEIROZ, 2011).
------------------------------	--

Fonte: Elaborado pela autora.

O Quadro 4 apresenta quais são os atores envolvidos em conflitos entorno das águas minerais, motivados pelos os interesses de cada ator em relação ao uso e gestão desses recursos. Percebe-se que os atores são os mais diversos.

Quadro 4: Atores presentes nos conflitos.

ATORES ENVOLVIDOS NOS CONFLITOS	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Diferentes colidem frontalmente com outras práticas em que as águas são, por exemplo, como oportunidade de negócio. Diferentes águas disputam suas existências (ALCÂNTARA; CORDEIRO NETO; VALADÃO, 2017). ❖ Atores da sociedade civil se engajaram em torno da identidade coletiva de guardiões das águas (ALCÂNTARA; SANT'ANNA; PEREIRA, 2018). ❖ Existe um jogo de forças e os conflitos ambientam um espaço social em que cada indivíduo busca fazer prevalecer as suas visões de mundo, assim, existem os exploradores das fontes que se baseiam em uma legislação dispersa e os movimentos sociais que buscam defender o interesse das águas minerais (QUEIROZ, 2011). ❖ Nos municípios de Lambari, Caxambu e Cambuquira os conflitos se dão entre organizações da sociedade civil, prefeituras, Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG), Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Ministério Público, ativistas, moradores locais e outros (GUIMARÃES, 2009). ❖ A sociedade civil é um ator de grande influência nesses conflitos, sendo na maioria das vezes o ator que aponta questões a serem discutidas, faz denúncias, protege o interesse das águas minerais (NINIS; DRUMMOND, 2008). ❖ Em Cambuquira, por exemplo, a ONG Nova Cambuquira é um ativismo de extrema importância para a cidade, e atuam ativamente na preservação das fontes de água mineral (CRUZ, 2017). ❖ A preservação desses espaços pela sociedade civil é também uma busca pela preservação dos seus espaços de identificação e cultura e a sociedade civil é um ator de influência já que as questões ambientais somente são construídas se os atores sociais, em seu espaço, consideram essas questões como algo relevante, assim, a sociedade civil é grande formulador das problemáticas e um ator de extrema importância para a defesa dos interesses ambientais (QUEIROZ, 2011). ❖ Em São Lourenço os principais atores são organizações da sociedade civil e uma multinacional (BEZERRA; BRANQUINHO, 2017). ❖ Participam dos conflitos práticas diferentes de gestão das águas como: preservação ambiental, engarrafamento industrial, crenoterapia, turismo nas fontes etc. (ALCÂNTARA; VIEIRA; PEREIRA, 2018). ❖ A sociedade civil e os ativistas lutam para que não se esgotem as fontes e defendem as águas por representarem um bem de uso coletivo do qual todos devem ter acesso sem distinção e na busca por manter esse uso, a sociedade civil luta para que sejam preservadas as fontes de águas minerais (TEIXEIRA, 2017). ❖ Os conflitos em sua maioria ocorrem entre os movimentos sociais e/ou sociedade civil com os interesses empresariais e os impactos que advém deles, onde o poder público intermedia esses conflitos. Em sua maioria, a sociedade civil exerce grande influência nessas relações (ALCÂNTARA; SANT'ANNA; PEREIRA, 2018).
--	---

Fonte: Elaborado pela autora.

O Quadro 5 apresenta as soluções ou propostas encontradas na literatura que busquem atenuar os conflitos entorno das águas minerais. As soluções indicadas podem ser uma mudança institucional, a construção de arranjos de gestão compartilhadas, a gestão social das águas e ainda a conscientização dos atores sobre os valores simbólicos e culturais das águas minerais.

Quadro 5: Soluções apresentadas para os conflitos na revisão de literatura.

SOLUÇÕES PARA OS CONFLITOS	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Para solucionar esses conflitos as mobilizações sociais são de extrema importância, contribuindo para o enfrentamento da mercantilização da água, isso porque ressalta situações a serem questionadas e exercem pressão. Além disso, é preciso que se tenha uma gestão integrada entre os recursos hídricos e as águas minerais e uma integração de dados entre os órgãos responsáveis pela gestão, já que isso possibilitaria através de dados, um maior controle para uma melhor fiscalização e gerenciamento desses recursos (QUEIROZ, 2011). ❖ A resolução desses conflitos reside na gestão sustentável através dos órgãos de regulação (SCALON, 2011). ❖ É preciso uma legislação integrada que promova um uso sustentável minimizando os impactos ambientais (PORTUGAL JÚNIOR, 2016). ❖ É preciso uma gestão sustentável, justa e economicamente viável, que só é possível através de políticas públicas que defendam o interesse público e a proteção ambiental (MORELLI, 2003). ❖ A água deve ser considerada um bem comum e deve ser gerida por meio da gestão social das águas minerais em que os atores participam igualmente (CRUZ, 2017). ❖ “[...] até o momento nas disputas, os valores e objetivos que guiam cada uma das partes são aparentemente inconciliáveis. Por mais que haja circunstâncias que embasem cada uma das concepções, elas ainda não se mostram completamente suficientes para a eleição de um “melhor argumento” por parte do julgamento público. Isso sugere que o debate deve continuar para que seja possível alcançar uma decisão razoável” (SILVA et al., 2018, p. 15). ❖ Valorização das águas como elementos simbólico e cultural representativo do Circuito das Águas e que precisam ser protegidos (SOUZA, 2018). ❖ Construir espaços em que as diferentes práticas de gestão das águas possam coexistir (ALCÂNTARA; SANT'ANNA; PEREIRA, 2018). ❖ Divulgação das informações sobre as águas minerais e uso de argumentos baseados em conhecimentos científicos para a tomada de decisão (SILVA et al., 2018).
-----------------------------------	---

Fonte: Elaborado pela autora.

Em síntese por meio dos significados das águas minerais, motivos para os conflitos (destacados na literatura), atores envolvidos e soluções propostas foi possível apresentar um panorama das pesquisas realizadas até o momento e que tem como foco o Circuito das Águas de Minas Gerais. A seguir, serão apresentados os procedimentos metodológicos de pesquisa.

4 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A metodologia será apresentada em três partes: tipo e natureza da pesquisa; coleta de dados e processos de análise.

4.1 Tipo e natureza da pesquisa

Esta pesquisa tem um caráter descritivo já que preza pela “[...] descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2008, p. 28). Na pesquisa, principalmente por meio das entrevistas com os pesquisadores acadêmicos sobre a temática das águas minerais, buscou-se descrever as percepções, motivações, os valores, entendimentos e conflitos em torno do objeto de pesquisa.

A manipulação qualitativa dos dados durante a análise é uma atividade eclética; não há uma única maneira de fazê-la. Embora se reconheça a importância de um arcabouço metodológico sólido, não se pode dispensar a criatividade do pesquisador. Na pesquisa qualitativa importante papel é conferido à interpretação (GIL, 2008, p. 177).

Na pesquisa qualitativa é importante “obter informações através dos atores, um fenômeno que pode ser compreendido a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes” (GODOY, 1995, p. 21).

Nesse sentido, a pesquisa é de natureza qualitativa, por tratar de dados subjetivos, como a visão para cada autor do que é as águas minerais, o que depende do entendimento do pesquisador.

4.2 Coleta de dados

A coleta de dados da pesquisa qualitativa foi realizada por meio da observação e entrevistas semiestruturadas. Na perspectiva socioconstrucionista, segundo Tavanti e Spink (2014, p. 218), “o foco nas práticas discursivas cotidianas remete aos momentos de (re)significações, de rupturas, de produção de sentidos”. Essa pesquisa também obteve dados através da atuação como espectador, coletando dados que fossem úteis na pesquisa. Pretendeu-se por meio da participação em eventos, fóruns e discussões que tratam das águas minerais e através do acompanhamento das pesquisas publicadas, levantar dados que fossem pertinentes para o desenvolvimento do trabalho. Assim, haverá uma relação entre a

pesquisadora e os pesquisados para a elaboração da pesquisa. Os momentos centrais de observação estão descritos no Quadro 6.

Quadro 6: Momento de observação.

Data	Evento	Síntese
13 de abril de 2018	Palestra “Sobre a ecologia política (ou “Jamais fomos meras ficções”).”.	A palestra tratou da temática da ecologia política e foi proferida pelo doutorando Raphael Vianna. Ele utilizou o caso de São Lourenço, a partir da análise das controvérsias como exemplo para o debate.
14 de abril de 2018	I Fórum de Águas Minerais	O I Fórum Alternativo das Águas Minerais teve como intuito debater sobre a gestão das águas minerais nas mais diversas perspectivas e atores sociais. Estiveram presentes acadêmicos, ativistas, moradores, Poder Público e demais interessados no assunto que, palestraram, debateram, expuseram suas experiências e sugestões
26 de junho de 2018	Reunião do Projeto Sala Verde “Guardiões das Águas”	A ONG Caxambu Mais busca a parceria com a UFLA devido ao engajamento da mesma com as águas minerais no município de Cambuquira-MG, pretendendo através de um projeto de extensão, estabelecer uma parceria com a INCUBACOOOP e NEAPEGS a fim de desenvolver o projeto Sala Verde. Assim, o objetivo da reunião foi o de estabelecer um primeiro contato a fim de se conhecerem, explanarem o projeto aos envolvidos e desenvolver um cronograma de atividades com realização em um ano a partir de julho de 2018.
31 de agosto de 2018	Defesa da Tese de Doutorado “Água para quê(m): poder, política e corporações na superexploração de água mineral em São Lourenço”	A tese defendida pela Christiane Batista de Paulo Lobato sob a orientação da Dra. Flávia Luciana Naves Mafra tinha como objetivo compreender como se configura o processo de resistência à colonialidade em torno da superexploração no município, além de investigar a colonialidade nas relações e desnaturalizar esse processo, descrevendo o contexto socio-histórico, político, econômico; analisando os discursos e caracterizando as ações das multinacionais.

Fonte: Elaborado pela autora.

Assim, a palestra “Sobre a ecologia política (ou “Jamais fomos meras ficções”) foi concedida pelo Raphael Vianna, que foi o primeiro a ser entrevistado (Anexo - Figura A e Anexo - Figura B). A palestra dele faz parte de um dos debates que ele faz na sua tese. Houve a participação no “I FAMA Minerais”, esse organizado por pesquisadores das águas minerais e aconteceu em Cambuquira, Minas Gerais (Figura Anexo - C). Nesse dia, aconteceu a visita ao Parque das Águas de Cambuquira, e dessa experiência houve um maior engajamento e motivação por pesquisar sobre o tema.

Aconteceu uma reunião na Universidade Federal de Lavras (UFLA), com a presença de entidades da UFLA (NEAPEGS e INCUBACOOOP) e da ONG Caxambu Mais, que visou celebrar e definir o encaminhamento da parceria a ser firmada pelos atores presentes em torno de projetos voltados para as águas minerais (Anexo - Figura D). E assistiu-se a defesa da tese de doutorado da Dra. Christiane Lobato (Anexo - Figura E).

Finalmente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com pesquisadores que tiveram algum trabalho científico sobre águas minerais. Este tipo de entrevista combina,

[...] perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele (BONI; QUARESMA, 2005, p. 75).

Por meio desse método foi possível direcionar a entrevista para que fossem extraídos dados de interesse para a pesquisa. Além disso, as entrevistas semiestruturadas permitem um tempo de duração favorável e respostas enriquecidas de informações. Segundo Boni e Quaresma (2005), essas entrevistas são importantes para pesquisas que buscam identificar “aspectos afetivos e valorativos dos informantes”. Para esse trabalho, que visa compreender as percepções, as motivações, os valores e entendimentos dos pesquisadores acadêmicos em torno das águas minerais, a utilização desses métodos se justifica. No Quadro 7 são apresentados os entrevistados, dia e local em que as entrevistas foram realizadas, além do tempo de duração.

Quadro 7: Participantes da pesquisa (entrevistas).

Entrevistado	Dia-local	Tempo
1. Raphael Vianna Mannarino Bezerra	Data: 13/04/2018 Local: Departamento de Administração e Economia (UFLA)	18 min.
2. Thatiana Stacanelli Teixeira	Data: 10/06/2018 Local: Departamento de Administração e Economia (UFLA)	22 min.
3. Pedro dos Santos Portugal Júnior	Data: 25/07/2018 Local: Entrevista realizada via Skype (Varginha)	56 min.
4. Lucas Canestri de Oliveira	Data: 26/07/2018 Local: Entrevista realizada via Skype (Lavras)	1h.26min.
5. Entrevistada 5	Data: 20/08/2018 Local: Departamento de Administração e Economia	35min.

Entrevistado	Dia-local	Tempo
	(UFLA)	
6. Elaine Santos Teixeira Cruz	Data: 22/08/2018 Local: Departamento de Administração e Economia (UFLA)	54min.
7. José Roberto Pereira	Data: 13/09/2018 Local: Entrevista realizada via Skype (Portugal)	49min.
8. Valderí de Castro Alcântara	Data: 19/09/2018 Local: Departamento de Administração e Economia (UFLA)	2h35min.
9. Rayne Rodrigues Araújo	Data: 13/11/2018 Local: Departamento de Administração e Economia (UFLA)	45min.

Fonte: Elaborado pela autora.

Para a entrevista elaborou-se um roteiro com questões abertas (APÊNDICE 1). As entrevistas foram gravadas e transcritas individualmente. Os entrevistados assinaram o Termo de Assentimento.

4.3 Análise dos dados

Para a análise dos dados, optou-se por construir narrativas individuais de cada entrevistado a fim de destacar os processos de construção das pesquisas. As narrativas individuais foram construídas a partir dos trabalhos acadêmicos publicados, das entrevistas e dos processos de observação.

Bastos e Biar (2015) entendem que a análise de narrativas se insere em uma perspectiva construcionista da pesquisa qualitativa. Para as autoras, “[c]ontando histórias, os indivíduos organizam suas experiências de vida e constroem sentido sobre si mesmos; analisando histórias, podemos alcançar e aprofundar inteligibilidades sobre o que acontece na vida social” (BASTOS; BIAR, 2015, p. 98). Considerando essa perspectiva construcionista, a narrativa é “o discurso construído na ação de se contar histórias em contextos cotidianos ou institucionais, em situações ditas espontâneas ou em situação de entrevista para pesquisa social” (BASTOS; BIAR, 2015, p. 98).

As entrevistas escapam da noção de uma única verdade (SPINK, 2010) e que os dados “falam” independente dos pesquisadores:

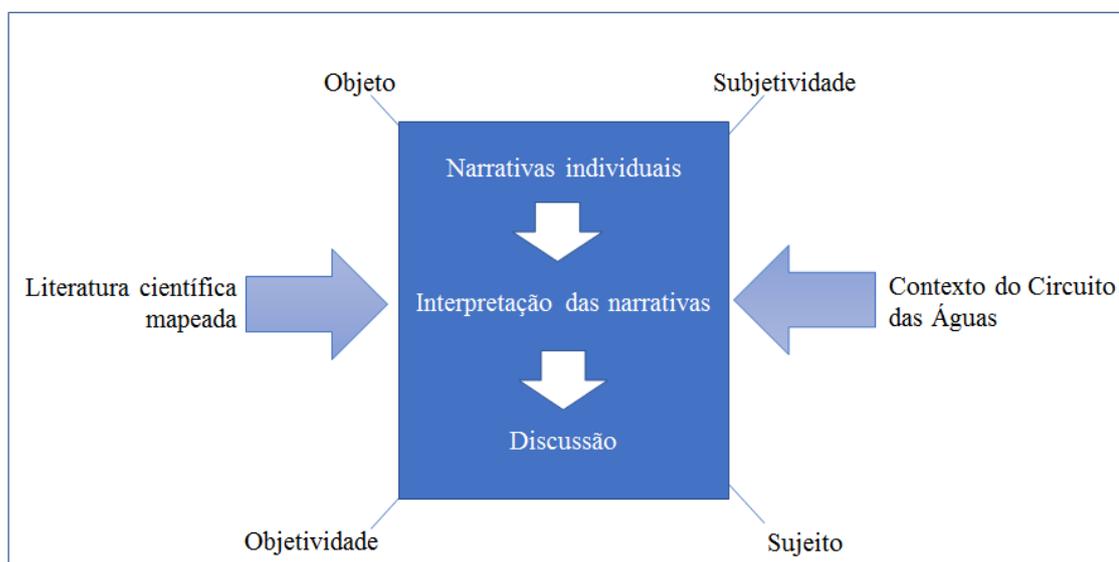
[...]os dados não falam por si, nem descrevem uma realidade; que o conhecimento produzido em campo é sempre produzido por um pesquisador, ele próprio um ator social, que, pelas lentes de suas próprias condições identitárias e contextuais, olha seu objeto de uma determinada perspectiva, e

constrói sobre o campo de pesquisa uma narrativa única (BASTOS; BIAR, 2015, p. 98).

Portanto, nas narrativas não se busca estabelecer uma “verdade”, mas apenas uma das possíveis. As narrativas foram construídas e baseadas nas entrevistas que foram realizadas e que contaram com um roteiro pré-definido. Esse roteiro sofreu algumas alterações que foram convenientes ao entrevistador a fim de coletar mais informações e contemplar melhor as respostas. Com as informações sistematizadas em texto, foram extraídas de cada resposta de cada entrevistado a ideia central e falas importantes de serem reproduzidas e formados novos textos que exprimem o entendimento do redator, porém, mantendo a fidelidade às informações coletadas. Com isso, se tem nove textos, portanto, nove narrativas que relatam a experiência de cada pesquisador na sua atividade de pesquisa sobre as águas minerais.

Na construção das narrativas foi considerada a “literatura científica mapeada” e o “contexto do Circuito das Águas” – como elementos contextuais da construção individual e coletiva das pesquisas. As narrativas são atravessadas pelas relações entre objetivo e sujeito estabelecidas pelos entrevistados, e, pelas relações de objetividade e subjetividade da pesquisa ao construir as narrativas (Figura 3).

Figura 3: Processo de análise das narrativas.



Fonte: Elaborado pela autora.

A seguir, são apresentados os resultados por meio das narrativas individuais. Após isso, haverá a interpretação e discussão dos resultados a fim de responder os objetivos propostos.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

5.1 A construção das pesquisas a partir das narrativas

5.1.1 Seguindo um recurso híbrido

As águas minerais sempre fizeram parte da vida de Raphael, já que desde sempre esteve em Caxambu, Minas Gerais, o que lhe despertou uma curiosidade, a de entender como a noção de natureza da água mineral era divulgada, sendo a água considerada um remédio e assim surgiu a sua pesquisa no ano de 2016.

Com o intuito de estudar o que a noção de natureza representa para os atores de diferentes realidades e como essas realidades podem construir mundos, decidiu focar na água mineral, justamente por ser algo tão presente no seu cotidiano e por partir do pressuposto de que as controvérsias que envolvem as águas minerais foram pouco discutidas e há uma assimetria entre as pesquisas sobre água mineral quando comparada com estudos sobre as demais águas.

Estudar as águas minerais por esse viés foi uma decisão sua quase que por completo: “eu diria que em grande parte existia interesse meu, mas o aval, muito prazeroso por sinal, veio da minha orientação, da minha orientadora que concordou com isso da maneira mais contemplativa e respeitosa possível”. Trabalharam então pesquisador e orientadora no projeto.

Assim, Raphael resolveu analisar como a água mineral e os mundos que ela ajuda a compor entram em choque, “sobretudo, com um mundo ocidental, dicotômico que opera por uma racionalidade, muitas vezes, próxima daquela noção econômica guiada por leis muito duras e muito brutas”. Raphael se apoiou nas noções de cosmopolítica, de natureza, de interesse, de atores e de controvérsias. E assim se propôs a descrever a “construção dos atores que estão envolvidos nessas controvérsias a fim de que não sejam suplantados, não sejam dirimidos em decorrência de uma perspectiva única, mas apenas descrever da maneira mais simétrica possível”, e o contato mais fértil para a sua pesquisa se deu com os moradores e com as organizações da sociedade civil.

Ele acredita que a academia tem realizado ótimas pesquisas voltadas para as águas minerais, mas não tanto quanto as produções sobre as demais águas. Na visão de Raphael, há um interesse e um desinteresse, “interesse porque é água também, e há um desinteresse pelo epíteto mineral, talvez. Porque é um elemento que traz no nome já uma controvérsia. O que pode operar um duplo, tanto um interesse quanto um desinteresse, justamente por isso”.

Raphael acha interessante que em um primeiro momento a água é considerada um remédio, depois tomada como uma crença popular pela mesma medicina que a dotou de significado anteriormente e depois disso, apresenta um caráter industrial, de mercadoria e é esse avanço no processo de industrialização que começa a gerar controvérsias.

Assim, existe uma gama de entendimentos, perspectivas, atores e controvérsias e desse contexto surge todo o interesse de Raphael pelas águas minerais. A tese que desenvolve intitulada “Quem controla a água? Das controvérsias à cosmopolítica no Circuito das Águas em Minas Gerais” é o seu primeiro trabalho que trata das águas minerais e que ainda será finalizado. No caminho dessa tese acabou publicando alguns artigos com sua orientadora, professora Fátima Teresa Braga Branquinho, como “Recursos Híbridos? Sobre a Proliferação das Águas Minerais” e “Sobre Águas e Minerais”, estes em 2018, e, “Quem controla a água? Mapeamento de Controvérsias na Guerra das Águas em São Lourenço” em 2017.

Raphael enfatiza que o seu trabalho tem o intuito de descrever os atores envolvidos nas questões de interesse a respeito das águas minerais, ou seja, fazer “uma descrição no sentido mais amplo, [considerando] humanos e não humanos”, e assim contribuir tanto para “o futuro político dessas águas”, mas também uma descrição o mais fiel possível, pois ele esboçou um método para a sua pesquisa, em que durante a descrição esses atores trazem para ele novos olhares, controvérsias e problemas. O objetivo de Raphael é descrever a construção em torno do objeto água mineral, mas não tem um objetivo específico, o que possibilita nuances positivas para o seu trabalho, o que considera como sendo novas possibilidades para produções acadêmicas.

5.1.2 Iniciação (científica) com as águas

Thatiana conhecia o Circuito das Águas de Minas Gerais quando visitou várias cidades dessa região na infância, mas em 2016, sem nunca ter estudado sobre as águas minerais, foi convidada por um professor que viria a ser o seu orientador, posteriormente, para compor a equipe de um projeto que visava compreender quais eram os interesses que estavam envolvidos na questão das águas minerais no Circuito das Águas de Minas Gerais, desde os interesses privados, os interesses públicos não estatais e o interesse público.

Ela passou a compor uma equipe com mais três pesquisadores que desenvolveram, além do Trabalho de Conclusão de Curso da Thatiana, uma dissertação de mestrado e duas teses de doutorado que ainda estão em andamento. O foco de Thatiana era entender “o que são as águas? O que são as águas minerais? Qual a diferença dessas águas?”, pois

[...] tem a água, a potável que a gente consome, temos as águas minerais que são aquelas vindas das rochas e tudo o mais, consideradas como minério. Então [Thatiana abordou] essas duas classificações no TCC, além dos benefícios das águas minerais no sentido crenoterápico, que é no sentido de tratamento com essas águas minerais, diferenciando das águas comuns.

O objetivo da equipe era pesquisar vários municípios do Circuito das Águas de Minas Gerais, mas por escassez de recursos, o foco de todos eles se tornou Cambuquira, que acabou sendo escolhida pelo histórico de lutas e pelo contexto histórico do município. Os estudos sempre tiveram os mesmos propósitos, só modificou o lócus do trabalho devido à escassez de recursos, o tempo que essas pesquisas demandariam e o fato de que o orientador viajou para fazer o pós-doutorado em outro país, e com isso, o projeto precisou ser mais centralizado. Desse trabalho realizado, a população de Cambuquira e a ONG Nova Cambuquira, uma organização não governamental que “luta” contra a privatização das águas minerais, foram os maiores beneficiados.

A ONG Nova Cambuquira foi o contato direto da equipe com o município e que permitiu o contato com os demais atores. Teve início a partir de um levantamento sobre Cambuquira, a fim de identificar quem eram os atores, se havia a presença de ONGs e de órgãos representativos e qual era a força desses. O contato foi via e-mail até que fizeram a primeira visita à Cambuquira e um diagnóstico com os atores, exceto com as empresas por dificuldade de acesso. A ONG Nova Cambuquira prontamente se disponibilizou a recebê-los, contribuindo positivamente, já que auxiliou na identificação dos atores, apresentou o contexto histórico, o que fez com que a relação dos pesquisadores do projeto e da ONG se tornasse estreita, e passaram a realizar eventos conjuntamente: receberam a ONG Nova Cambuquira na Universidade Federal de Lavras (UFLA), formando um “ciclo da bola de neve” em que foram se conhecendo cada vez mais e se estreitando da mesma forma.

Os ideais de Thatiana e os da ONG se assemelham, já que ambas são contra a privatização das águas minerais, por considerá-las um bem público e natural, considerado um atrativo turístico em que fica a encargo da população zelar por esse bem. Assim, há uma relação positiva e essa facilidade de relacionamento também se estendeu aos moradores, pois não houve também conflitos de valores de Thatiana com esses atores. Ela se apoiava na ética e no respeito para lidar com eles. Conforme relatou, muitas vezes durante a pesquisa eram reveladas informações, e no mesmo momento os entrevistados por Thatiana pediam para que aquilo não fosse divulgado, e ela soube lidar com isso. Foi um grande aprendizado para ela.

As visitas à Cambuquira eram frequentes, quando não, acompanhavam as lutas por meio das notícias e o envolvimento foi crescendo, e se antes o interesse de Thatiana nas águas

minerais se resumia ao convite para compor um projeto, agora não o era mais, passou a ser algo para além da pesquisa, pois é um tema que envolve lutas constantes, em vários municípios, acaba sendo uma “luta da nação em defender um bem”,

[...] que não é só de Cambuquira, claro que é deles, mas também é um bem de todos brasileiros em defender uma coisa que está presente aqui na nossa terra e não deixar que pouquíssimas pessoas se beneficiem desse bem, desse bem mineral que está sujeito à escassez se for explorado intensamente.

A lei que rege as águas minerais se torna problemática nessa questão

[...] É horrível essa legislação, ela [água mineral] pode ser classificada como um minério claro, mas que tenha uma legislação própria para essas águas, porque todo minério ele pode ser explorado até a sua exaustão, como bauxita, por exemplo, e demais minérios.

Nessa situação de risco e pensando sobre a disponibilidade de água como um todo, Thatiana não vê a sua pesquisa inserida na problemática da escassez de água, pois existe a escassez de água potável, essa que o Planeta vem sofrendo, e as águas minerais não são enquadradas como águas potáveis e elas não estão em escassez, isso só acontecerá se forem exploradas, como o caso do município de São Lourenço em que fontes de águas minerais secaram devido “à exploração comercial”, e para se evitar isso, Thatiana acredita no poder da população e dos movimentos sociais em lutar contra a privatização dessas águas, para que então não se tenha escassez dessas.

Esses posicionamentos têm aumentado o interesse pessoal de Thatiana, principalmente, depois de entrevistar os atores, como o pessoal da ONG, da prefeitura, moradores, CODEMIG, etc., já que foi a partir desse contato que se foi “conhecendo os posicionamentos, as lutas” e fez com que ela também se posicionasse a partir de seus valores. Não que isso influencie a atividade de pesquisa, pois Thatiana acredita que é preciso ser neutro, mas há um envolvimento com a luta em que:

a gente estabelece vínculos com o que a gente pesquisou e tudo o mais, e acabam se tornando amigos, e fora da ação como pesquisadora, como membro da sociedade mesmo, me engajo nessas causas. Então eu tive esse envolvimento, mas nada que influenciasse diretamente a minha pesquisa, eu sempre soube me posicionar dentro e fora da minha pesquisa.

Essa luta e esse engajamento geram embates com a lógica mercantil e para ela, os inúmeros conflitos nessa região têm atraído atenção para a questão das águas minerais, e essa é uma das causas pelo interesse crescente em pesquisas sobre as águas minerais. Thatiana conhece vários projetos em torno dessa temática, desconhece o foco de cada um, mas acredita que as pesquisas têm crescido sobre essa questão, citou inclusive a UFLA como um exemplo de espaço em que os estudos em águas minerais têm crescido e que abriga um núcleo de pesquisas que trata sobre as águas minerais, aonde são desenvolvidas mais duas teses de doutorado sobre esse tema. Para Thatiana tem se formado uma rede de pesquisadores, aonde há uma contribuição e um apoio mútuo.

Ao final da pesquisa [TCC], Thatiana cogitou apresentá-lo aos atores de Cambuquira, mas não chegou a concretizar, apenas enviou o trabalho via e-mail para alguns membros da ONG Nova Cambuquira. Thatiana agora não pesquisa mais sobre as águas minerais, pois está trabalhando com uma nova orientadora com uma vertente de pesquisas diferente das águas minerais, mas a sua pesquisa sobre essas águas contribuiu tanto pessoalmente quanto para sociedade, isso porque, “eu não teria todo esse conhecimento que eu tenho sobre as águas minerais e toda essa consciência sobre a comercialização [dessas águas] que a gente não toma conhecimento”, com essa pesquisa também foi possível identificar os interesses da sociedade e como devem ser geridas as águas minerais, contribuindo para que se pense e se promova uma gestão das águas minerais de forma participativa, social e dialógica.

5.1.3 A mudança no arranjo institucional das águas

Pedro, bacharel em Ciências Econômicas, se dedicava desde 2007 à Economia do Meio Ambiente e à valoração ambiental. Foi em 2009 que Pedro teve o primeiro contato com as águas minerais, quando escrevia o seu projeto de pesquisa para o processo de seleção do mestrado acadêmico em que desejava pesquisar sobre recursos hídricos.

Enquanto estudava sobre as águas para desenvolver o seu projeto, percebeu que existiam muitos estudos sobre as águas superficiais e poucas pesquisas sobre as águas subterrâneas. Diante dessa lacuna identificada, da sua familiaridade com o Circuito das Águas de Minas Gerais e ao perceber a importância histórica, econômica e social das águas minerais, Pedro se “aventurou por essa área” e procurou então por um orientador que estudava a questão hídrica no Brasil, o seu orientador, até aquele momento, não havia trabalhado com a gestão das águas minerais, mas também reconhecia o déficit nas pesquisas.

Pedro, então, se propôs a estudar a gestão ambiental nas empresas por meio de estudos de casos com as indústrias de águas minerais no Sul de Minas Gerais. Ao terminar o mestrado, Pedro identificou que a questão institucional das águas minerais era algo problemático e passou a estudá-la no doutorado, propondo ao final uma mudança legislativa, criou então um projeto de lei para que passassem a considerar as águas minerais como um recurso hídrico no âmbito da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e um alimento no âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Sua tese (A controvérsia sobre as águas: uma proposta de integração institucional e de políticas públicas para o segmento de águas minerais no âmbito da gestão de recursos hídricos) foi defendida em 2016 na Universidade Estadual de Campinas.

A tese de doutorado de Pedro ganhou grande notoriedade em 2012 quando a sua dissertação foi utilizada como base para uma proposição de mudança institucional por um deputado. Infelizmente a proposição não chegou a ser discutida e acabou sendo arquivada. Pedro acredita que o cunho político é um grande empecilho para a mudança legislativa que ele propõe, pois o lobby entre as empresas e as instituições que controlam o uso da água é muito forte e mesmo que os trabalhos acadêmicos comprovem a necessidade de mudanças, que o Ministério Público, os ativistas e os movimentos sociais estejam engajados; os tomadores de decisões operam em outra lógica. Pedro encontrou diferença até no relacionamento com esses atores, por exemplo, no mestrado, estudando a relação das empresas com as águas minerais, ele trabalhou com três empresas, sendo elas, COPASA Águas Minerais, uma empresa de economia mista, que atuava em Caxambu, Cambuquira e Lambari; Nestlé Waters, uma empresa multinacional, que explorava no município de São Lourenço e a Mineração Padre Manuel, uma empresa de pequeno porte atuante em Passa Quatro. No contato com as empresas, a COPASA Águas Minerais foi a única empresa disposta a atendê-lo e aceitou a visita do mesmo. Pedro encaminhou questionários para essas empresas, mas teve uma grande dificuldade em receber as respostas da multinacional.

No doutorado, pesquisando demais atores envolvidos na questão das águas minerais “a recepção foi fantástica”, desde o Ministério Público, organizações não governamentais, Comitês de Bacias, Agência Nacional de Mineração (ANM) e até a Associação Brasileira da Indústria de Águas Minerais (ABINAM) atuaram ativamente na pesquisa. O presidente da ABINAM respondeu o questionário por telefone, mesmo criticando a ideia de mudança da legislação que Pedro defende, chegando a enfatizar a excelente fiscalização das águas minerais.

Pedro não encontrou no Brasil nenhum trabalho acadêmico que se diga contra essa mudança institucional proposta por ele e demais autores, mas que assim como o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Águas Minerais (ABINAM), outras instituições como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e parte da Agência Nacional de Mineração (ANM) são contrárias às propostas dele. Diante disso, Pedro acredita que essa contrariedade à mudança legislativa e a retórica utilizada por eles é uma “conversa típica de mercado”, mas que independente das diferenças existentes, é inegável a importância e a relevância da participação de diversos atores, Pedro faz essa afirmação e até citou um exemplo, em que, por sugestão do seu orientador, passou a utilizar o Painel dos Especialistas, um método de pesquisa em que a proposta do estudo é apresentada a vários especialistas para que os mesmos analisem.

Pedro enviou para vinte e seis especialistas dos mais variados, inclusive para instituições não favoráveis à mudança legislativa, recebendo resposta de dezesseis, e com essas respostas ele precisou redesenhar a proposta, pois o mesmo estava cometendo um deslize e ao corrigir o seu trabalho, passou a ter um maior embasamento técnico. Para ele, a participação dos atores é tão importante que se ele fosse refazer a sua pesquisa, no momento de aplicar o método de pesquisa Painel de Especialistas, ele ampliaria a participação para as organizações não governamentais, para os ativistas e às comunidades locais que na época da pesquisa o seu contato com esses atores não era estreito.

Além de ter sido citada na Câmara de Deputados, as suas pesquisas também impactaram as organizações não governamentais, já que “a ONG Nova Cambuquira, por exemplo, usou a minha dissertação como base para muitas coisas do trabalho fantástico que eles vêm realizando, fiquei muito satisfeito também em saber que a minha tese estava sendo estudada no âmbito do programa de gestão pública da UFLA, então o meio acadêmico e o meio dos ativistas, das organizações não governamentais, no âmbito de proteção das águas foi quem mais sentiu essa contribuição do trabalho que nós fizemos”.

Ele acredita que existe uma lacuna na relação das universidades com as águas minerais. No âmbito do ensino, por exemplo, não há uma grande preocupação em conscientizar e incluir disciplinas voltadas para a gestão ambiental e para a sustentabilidade. Nas pesquisas desenvolvidas nas universidades, ele considera que essas têm crescido nos últimos anos, principalmente com a criação da Política Nacional de Recursos Hídricos e com os estudos no aquífero Guarani que alavancou a discussão e levou o conhecimento a público. Já no âmbito da extensão, ele destaca eventos que discutiram as águas minerais ao longo

desses anos, e que envolvem mais os pesquisadores do que os moradores e comunidades locais.

Esse aumento de pesquisas é associado por ele à perda qualitativa e quantitativa das águas subterrâneas e devido às crises hídricas enfrentadas, como a de 2015. Para Pedro, quando ocorre escassez de águas superficiais, a exploração de águas minerais aumenta, e faz com que surja a necessidade de novos estudos que nos permitam entender a dinâmica das águas subterrâneas, tanto para entender como fazer uma correta utilização quanto pela preocupação com as mesmas, já que Pedro enfatiza que as águas subterrâneas abastecem os mananciais e que a própria água superficial deriva da água subterrânea e das nascentes. E é diante dessa essencialidade das águas minerais e frente a certos desafios que Pedro passou a reconhecer a necessidade de uma mudança na legislação, e levanta quatro motivos.

Ele aponta primeiramente o fato de que (a) a legislação considera a água mineral como um minério passível de ser explorado até a sua exaustão, mesmo que existam certas limitações como o respeito à capacidade de reposição do aquífero, e ele diz que:

Nós temos que ter em mente que o que acontece na realidade é muito diferente do que está escrito, tem casos e mais casos de conflitos e de mau uso das águas minerais, aqui no Circuito das Águas do Sul de Minas, temos o caso de Jacutinga, temos casos em Goiás, temos caso no Paraná, em Santa Catarina, de mau uso desse recurso, de superexploração, de perda de característica essencial que possuíam essas águas.

Enfatiza ainda que, (b) a água mineral possui algo muito peculiar, as suas propriedades terapêuticas estão relacionadas diretamente com a formação social e histórica das regiões onde estão as suas fontes, diferenciando-se das demais águas, assim, ela necessita de um tratamento diferenciado.

Para ele, existe (c) uma dualidade na atual legislação o que automaticamente exige essa mudança, há uma dualidade em como devem ser geridas as águas minerais, isso porque o Código de Águas Minerais de 1945, que é seguido hoje, deveria ser revogado já que a Constituição de 1988 rege outra forma. Para ele, as águas minerais para que consigam ser protegidas devem ser consideradas e integradas na gestão dos recursos hídricos. E ele acredita que não se conhece o suficiente sobre a dinâmica das águas subterrâneas e assim, deve-se (d) apoiar no princípio da precaução, pois:

[...] quando os conhecimentos científicos sobre um tema são escassos e o que está em risco é muito alto pra sociedade, a gente tem que ter o principio da precaução, então usar o recurso de forma precavida para que nós não

viéssemos a perder esse recurso, pois com uma má utilização e uma má gestão você pode perder em poucos anos e para se formar isso de novo, são mais milhares e milhares de anos, então ele tem que ter um estudo muito pormenorizado de uso dentro do princípio da precaução”.

Ele ainda acredita que:

Os instrumentos de comando e controle ainda são muito fortes, ainda não conseguimos avançar com os instrumentos econômicos, ou seja, a institucionalidade é forte e as empresas só vão se mover se a institucionalidade mudar, se ela não mudar, as empresas vão se manter na posição de tranquilidade em que elas estão, explorando da forma como exploram, consideram que as águas minerais não vão acabar e que basta explorar dentro da capacidade de reposição. Mas qual é essa capacidade de reposição?

Pedro fala também sobre a valoração da água mineral, inclusive já escreveu um artigo sobre o assunto. Nesse artigo, sugere-se que haja uma cobrança pelo uso da água, uma vez que as empresas não pagam pela matéria-prima principal, pagam apenas uma compensação financeira de exploração, mas se consideradas as águas minerais como recurso hídrico, as empresas serão cobradas pelos comitês de bacias.

5.1.4 As práticas culturais dos coletores de água

Lucas, que na graduação pesquisou sobre recursos comuns, no caso pescado, e no mestrado trabalhou com uma política pública, pretendia no doutorado estudar sobre a agricultura urbana, mas o foco mudou há dois anos quando ingressou no doutorado e passou a estudar sobre águas minerais.

Na primeira reunião com o seu orientador, Lucas apresentou a ideia de trabalhar com agricultura urbana, o orientador achou a ideia interessante, mas disse que a temática da água mineral era algo que ele já estava pesquisando naquele momento e propôs a ele compor essa pesquisa. Lucas então concordou em trabalhar por esse viés chegando até a supor que talvez o estudo das águas minerais se cruzasse com a agricultura urbana.

Lucas resolveu, junto ao seu orientador, pesquisar por um olhar sociológico, justamente pela formação dos dois serem em parte voltadas à sociologia. Assim, passaram a tratar sobre cultura a partir de Habermas.

Habermas trabalha cultura muito vinculada a tradições, costumes, pelo viés antropológico, a cultura é um pano de fundo, tem a ver com imagens de mundo, cosmovisões, pro Habermas as manifestações culturais não possuem universalidade, não se podem universalizar costumes, pois o que é costume

em um lugar pode ser desprezível em outro. O pano de fundo lá que é o mundo da vida, pode indicar a aptidão ou não ao diálogo, uma busca possível do consenso, pra você conseguir esse consenso é preciso que a sociedade, a cultura seja mais descentralizada, ele diz que uma sociedade muito centralizada, o diálogo é difícil, pois as pessoas não dão o braço a torcer, não ouvem, não são capazes de contra-argumentar e concordarem, ou seja, existem culturas, esferas públicas, comunidades, sociedades muito centralizadas em que não dar o braço a torcer, Habermas também chama atenção para uma descentralidade extrema, onde você falou esta tudo bem, bem pós-moderna, eu tenho razão, você tem razão, todos tem razão, e acaba dissolvendo esse consenso.

Lucas acredita que devido à experiência do orientador, pela questão do tempo de pesquisa, entre outros fatores que “não dá pra ficar argumentando muito com o orientador sobre isso”. O seu orientador é aberto ao diálogo, mas que já se tem uma afinidade anterior que direciona a pesquisa: “Quando você entra em um programa de pós-graduação, você se filia a um grupo de pesquisa, a uma linha de pesquisa, logo na prova de seleção. [...]você entra nessa tribo, essa tribo já existe e você não tem essa autonomia, você entra por afinidade e histórico e encara o que eles estão trabalhando naquele momento”.

Nos últimos dois anos Lucas tem se dedicado às disciplinas referentes ao doutorado, mas nesse momento presente deu início ao trabalho de campo e disse: “vou qualificar no mês que vem, a qualificação vai me dar um sinal verde pra eu ir pra campo e pesquisar mesmo”. Assim, tem procurando manter contato com as lideranças e com os ativistas, dizendo que “eles são como informantes, eles vão contextualizando pra gente e a gente vai entendendo o que está acontecendo”. Para ele a pesquisa de campo vai ser uma imersão, pois ele passará a morar lá, e trabalhará com etnografia, criando um caderno de campo em que vai relatando as suas atividades referentes à pesquisa. Ele pretende se custear nesse trabalho de campo com a bolsa da CAPES que ele tem por ser doutorando, pois, o projeto não tem recursos extras.

Além dos recursos escassos, as especificidades de cada município, apesar do objeto água mineral ser similar à todos eles, fez com que diminuíssem a abrangência do projeto que inicialmente pretendia tratar do Circuito das Águas como um todo.

Além da similaridade com o objeto água mineral, o turismo é algo similar à essas localidades e que exerce uma forte influência do turismo. Os defensores do turismo acreditam que essa prática “faz bem” para as cidades, mas Lucas se questiona “não sei se esse funcionar bem que eles querem vai distribuir renda como eles imaginam”, pois, para ele, há um modismo nessa prática, em que a cidade vive de lembranças saudosas de tempos que já se foram, já que viveram muito tempo do ciclo turístico e esses municípios prosperaram em função das águas, mas agora se deparam com hotéis imensos e vazios e com baixa procura

pela crenoterapia. O poder público fica incumbido de atrair turistas, cuidar do patrimônio, da gestão dos parques e isso os fazem “ceder para empresas privadas que querem explorar em troca, sei lá, de alguns royalties que não devem ser muita coisa também”.

Além do turismo, outro problema é a concessão dada pelo estado, no caso a CODEMIG, em que empresas privadas passam a deter o direito de explorar as fontes de águas minerais nos municípios, para engarrafar e vender sob o pretexto de estarem gerando emprego e renda na localidade. Essa é uma prática que “foge do controle da população local”, pois o lucro que é gerado a partir dessa prática não contribui para o desenvolvimento local, pois o capital é enviado para as matrizes das empresas. A grande preocupação da empresa é o lucro e não o controle da vazão da água, por exemplo, que é uma das preocupações dos moradores locais.

Com isso, o problema do turismo se agrava, pois o atrativo da cidade são as fontes de águas minerais, caso essas empresas explorem até a exaustão das fontes, a cidade perde o seu atrativo, e passam a não se justificarem as atrações turísticas.

Em Caxambu essa preocupação tem crescido e se tornado suprapartidária, isso porque além da população local e dos ativistas já engajados nessa problemática, o poder público local tem demonstrado uma real preocupação, mesmo com diversos interesses que chegam até a serem contrastantes.

O fato da água mineral ser considerada um minério pela legislação é um dos grandes geradores de conflitos de interesses,

[...] ela até pode ser chamada de minério, eu não vejo muito problema nisso não, do ponto de vista químico físico ela é minério, o problema é ela ser regulamentada e ter permissão de ser explorada como outros minérios, talvez outros minérios também não deveriam ser explorados dessa maneira. É preciso ter prudência para que o recurso não se esgote, considerando a capacidade do ambiente em se regenerar, levando em conta o nosso tempo de vida, hoje o que se observa é uma crise valores, passam em cima de qualquer valor, valor moral pra receber um benefício imediato, geralmente monetário.

Para Lucas, a universidade pode contribuir no sentido de minimizar esses embates por meio das pesquisas, pois elas propõem soluções de problemas, e continua: “acho que uma das formas de se solucionar é o esclarecimento”.

Assim, a suas pesquisas buscam hoje o desenvolvimento do local e um interesse profissional, pois ele “recebeu uma missão, a minha tese cumpre metas de um projeto maior”.

Além disso, continuar as pesquisas o motiva pois o conflito é algo que chama atenção dele, poderia ser qualquer outro objeto de pesquisas mas

[...] o que é público se tem a noção de que é de ninguém, alguém vem explora e ganha dinheiro, é um recurso em que os seres humanos têm interesse comercial nisso, e também interesse de subsistência, precisa de água pra beber, mas aí vem as instituições impessoais passa num edital e quem vai explorar, é uma briga de capital e quando não geram mais lucro, as empresas vão embora. Então o meu interesse na água é esse, eu poderia estudar florestas, em que a relação é parecida.

Pensando, então, no interesse dos demais pesquisadores, Lucas acredita que no âmbito científico não se tem muito interesse em se estudar sobre as águas minerais, pois a relação de exploração das águas minerais é algo que envolve uma disputa política, há dificuldade de financiamento e dificuldade em escrever sobre o assunto, o que causa certo desinteresse.

Mesmo sem tantas pesquisas sobre o tema, Lucas acredita que o seu trabalho pode colaborar

[...] cutucando e a gente pode trazer umas tecnologias sociais, em Caxambu tem as “Salas Verdes”, sediadas em um prédio cedido pela Prefeitura Municipal de Caxambu em que se tem muito espaço que dá pra começar vários projetos, até de compostagem, horta, viveiros, etc., e a UFLA tem essa extensão e porque não fazer isso? A gente ajudar de alguma forma, eu fico nesse meio de campo ajudando como posso.

5.1.5 Descolonizando as águas minerais

Até 2015, as pesquisas da Entrevistada 5 nunca haviam esbarrado na temática das águas minerais, até que uma orientanda de doutorado a procurou sugerindo que estudassem sobre os espaços de luta e resistência no Sul de Minas Gerais a partir de uma abordagem decolonial. A Entrevistada 5 sugeriu a ela que estudasse o rompimento de uma barragem na região da Zona da Mata de Minas Gerais, mas a sua orientanda se deparou com a superexploração das águas minerais no município de São Lourenço.

A decisão de pesquisar o município de São Lourenço foi motivada por um emaranhado de motivos, primeiramente pelo interesse em a) um local de maior embate e com um histórico diferenciado dos outros municípios da região, como o fato de ter ocorrido uma privatização do parque das águas de São Lourenço que não aconteceu com outros parques nos municípios vizinhos, b) a notoriedade que ganhou esse caso ao estampar a mídia internacional, fazendo com que se interessassem pela compreensão da construção do

movimento social de resistência em São Lourenço. Além disso, perceberam c) o déficit de trabalhos com essa temática e d) menos trabalhos ainda voltados para as ciências sociais, uma vez que, a maioria dos trabalhos entorno das águas minerais eram de caráter técnico e os trabalhos encontrados não eram de autoria de nenhum pesquisador da região.

A Entrevistada 5 perguntou, então, sobre esse tema aos seus alunos e notou que eles também não sabiam sobre o assunto, assim, pesquisadora e orientada sentiram a necessidade de unir o interesse com a necessidade. Desse primeiro trabalho, os objetivos só se ampliaram e o que era uma tese de doutorado se tornou um “macroprojeto” como ela intitulou, uma vez que, estudando essa temática, outros três estudantes a procuraram a fim de pesquisar as águas minerais sob perspectivas diferentes e estão elaborando um projeto de extensão que pretende ser encerrado em dezembro de 2018.

Os projetos têm perspectivas diferentes, mas se assemelham ao tratar das águas minerais. Entrevistada 5 acredita que as pesquisas realizadas por ela e por sua equipe no campo das águas minerais têm esbarrado em três empecilhos: a) o aporte teórico, principalmente nas abordagens escolhidas por eles; b) a definição da relevância do trabalho, pois para ela, no meio acadêmico as atividades e a formação é muito “funcionalista e estruturalista”, assim, “construir essa ideia da relevância da pesquisa nas ciências sociais pra além do número, pra além da estatística, é muito difícil”. E por fim, a dificuldade de c) ir à campo, pois a comunidade local de São Lourenço tem lutado desde 2000, tem um histórico de luta contra a multinacional lá instalada e a Universidade esporadicamente vai até o local, se propõe a fazer mais uma pesquisa que para eles não tem resultado algum. Para ela, a relação da Universidade com essas comunidades é muito distante, assim:

Não adianta gerar conhecimento se você não consegue traduzir da sociedade para o meio acadêmico, e vice-versa, pra que gerar conhecimento vazio? A comunidade continua lá e você que fez a pesquisa, que se comprometeu com as pessoas se sente cobrado. Esse pra mim é o maior dilema quando a gente faz uma pesquisa engajada e uma pesquisa que de fato está preocupada em gerar um resultado social.

Para a Entrevistada 5, a pesquisa desempenhada pela sua equipe tem pouca relevância, pois analisaram sob uma perspectiva histórica e geográfica, e com a mudança da empresa detentora do uso e exploração no município, “muda-se o jogo econômico e a questão da institucionalização. Nós teríamos que ter fôlego pra analisar isso, porque eles mudam rápido e o tempo de fazer pesquisa é demorado, a gente está sempre um pouco atrás dos fenômenos sociais”.

Assim, a relevância da pesquisa é mais no sentido de ajudar a denunciar as irregularidades e os impactos, e a avaliar a força dos movimentos de resistência. Com isso, esse macroprojeto beneficia em um primeiro momento os alunos de graduação dos quais ela tem contato via sala de aula, uma vez que ela considera que a gestão ambiental é fundamental para a formação de gestores e tem levantado essas discussões nas aulas que ela ministra.

Posteriormente, ela acredita que as suas pesquisas beneficiam a comunidade acadêmica como um todo, pois levanta os questionamentos a cerca dessa temática e estimula novas pesquisas. Entrevistada 5 desacredita que comunidade local é beneficiada, diz que é uma cobrança da população local e também dela, e vê que a extensão é o caminho para tal aproximação, já que as pesquisas, em sua maioria, produzem poucos resultados substanciais para as comunidades. Inclusive, está desenvolvendo um projeto de extensão, e “que quando a gente finalizar vamos conseguir de fato gerar um benefício para a comunidade também, pelo menos essa é a grande expectativa”.

A ética e a não delimitação do sujeito de pesquisa como objeto, são valores e conceitos intrínsecos na atividade de pesquisa da Entrevistada 5, isso porque

[...] quem está participando da sua pesquisa, quem está te dando informações, deve conduzir o ritmo da pesquisa muito mais do que você, porque o interesse dele é superior ao seu, quem está vivendo a problemática, quando a gente está vivendo ou está fazendo pesquisa em espaços de conflito é muito acirrado.

Essa relação com os sujeitos de pesquisa e atores não deve ser um relacionamento de conveniência em que as pessoas te dão uma informação apenas, mas “você está criando uma relação com o sujeito no sentido de produzir reflexões, análises, informações, dados que podem ser usados e compartilhados não só por você, mas por outras pessoas” em que a atividade de pesquisa é um momento de compartilhamento e construção, mesmo que a outra parte não queira te dar certa informação, isso também é um dado, e a todo o momento há essa troca e o respeito pelo ritmo da realidade social, pois “é fundamental para qualquer tipo de pesquisa, o respeito tem que estar presente o tempo todo”.

Isso gerou um envolvimento da Entrevistada 5 com as águas minerais que vai além do seu papel de pesquisadora. O interesse pelas águas minerais é crescente no seu caso, apesar de considerar que se tem pouco interesse dos demais pesquisadores em adentrarem nessa área devido à centralidade, à dificuldade de identificarem que existe um conflito em um lugar visivelmente “bonito” como o parque das águas devido à lógica capitalista.

Assim, discutir sobre isso passa a ser uma responsabilidade enquanto ser humano, porque a questão da escassez ou a má utilização das águas é um problema global e se deve pensar como uma pessoa que vive no planeta Terra com esgotamento de recursos, ainda mais que

[...] a rapidez, a progressão com que esse problema se agrava no mundo é muito maior do que a mídia diz a gente não vê porque estamos numa região privilegiada que ainda tem acesso a esses recursos, mas a maior parte da humanidade hoje não tem acesso à água potável, então isso é muito grave, e quanto mais eu estudo a respeito mais eu acho que a gente precisa se posicionar e ser mais ativo em relação a essa temática, tanto na pesquisa quanto no ativismo.

Com esses posicionamentos, ela procura manter um contato direto com os ativistas, justamente para apoiar e poder contribuir para os trabalhos por eles realizados. Esse posicionamento se acentua quando ela parte da convicção de que a água mineral é um recurso comum que pertence ao coletivo, não ao individual, contrariando o pressuposto de privatização e tratamento das águas como mercadoria, pois essa é uma estratégia capitalista neoliberal que tem causado os maiores problemas que a gente tem na sociedade, já que atribui à água o valor de minério:

[...] a definição da água mineral como minério sugere que ela possa ser explorada até a exaustão, existe uma legislação que regula esse minério e que vai fazer com que ela seja transformada em produto, porque a lógica hoje que regula a exploração mineral é como produto não é como um composto químico [...] essa legislação é extremamente ultrapassada, extremamente danosa e só atende, de novo, à um requisito neoliberal e que é terrível.

Essas relações são fortalecidas pela aliança que existe entre Estado e empresas. Na sua visão, o Estado está contribuindo com um desserviço para a população quando regula uma legislação que caracteriza a água mineral como minério, pois assim, ela pode ser exaurida completamente, e

“infelizmente o Estado está do lado das corporações, é preciso rever a posição desse estado, a questão da participação popular, das políticas públicas, porque esse estado está se tornando um empecilho ao se tornar um aliado das corporações que não tem nenhuma preocupação com o interesse coletivo”.

Além da questão da sobrevivência, a Entrevistada 5 acredita que essas águas minerais representam uma forte construção histórica de significados, e o fato delas possuírem

propriedades específicas fez com que o município recebesse muitos atributos e certa relevância nos jogos de poder político e econômico. Assim, não tem como não atribuir um caráter diferenciado para as águas minerais,

Eu só não sei se a gente está lutando pela coisa certa, eu não sei se diferenciar [as águas] é uma opção, eu acho que a gente deveria estar lutando por água, acesso à água potável de qualidade. Talvez a gente esteja fazendo o jogo errado, mas se você me perguntar do ponto de vista da realidade social, faz diferença pra eles, então eu preciso levar isso em consideração.

Essa ideia da água mineral como recurso comum alerta para a resistência que se deve ter frente às corporações, Entrevistada 5, analisando o histórico sobre a atuação dessas organizações no mundo e na relação delas com as águas, visualiza que os problemas de acesso à água são causados por elas, o que não é mera coincidência, assim, “alternativa de acesso à água não vem de corporação ponto”.

O conflito entre os atores reflete um pouco no contato deles com os pesquisadores. Entrevistada 5 durante a sua pesquisa teve uma relação difícil com as empresas, uma relação que não aconteceu por desinteresse da empresa lá instalada. Já o contato com os moradores, ativistas, Ministério Público a recepção foi favorável, mesmo que os moradores tenha certo receio em se expor. Isso influenciou diretamente na formação dos estudantes como pesquisadores, uma vez que, em situações como essas, “os métodos convencionais de pesquisa não são suficientes pra trabalhar com questões tensas, críticas como essas, e segundo que a nossa pesquisa tem muito pouco poder, no sentido de garantir alguma estabilidade ou algum conforto para as pessoas que poderiam ser nossos informantes”.

5.1.6 Na esfera pública temática das águas minerais

Elaine começou o mestrado em 2015 e até aquele momento não tinha um tema de pesquisa definido. Isso mudou quando o seu orientador muito empolgado “*surgiu com essa temática*”, e o tema logo chamou a atenção de Elaine, pois ela é formada em Turismo em Diamantina e já havia trabalhado com o Circuito Turístico dos Diamantes e já tinha uma noção prévia sobre o Circuito das Águas. Circuito das Águas se difere de Circuito Turístico das Águas, o primeiro é uma política do governo de centralização e regionalização do turismo e o segundo é todo o contexto histórico que permeia essas cidades.

Essa familiaridade foi algo que, associado aos valores de Elaine, a motivou pesquisar sobre esse tema. Esses valores que ela carrega consigo estão relacionados à preservação do meio ambiente e de bens de uso comum:

[...] esse tipo de valor eu tenho desde criança, e isso também me motivou a entender porque que era tão importante, eu entendia que a água era importante pra eles, isso pra mim não era uma coisa sem lógica, eu conseguia entender realmente que a água era importante, eu só queria entender na perspectiva deles, os valores deles.

Interessada e motivada a estudar o tema, os primeiros passos de sua pesquisa foi o contato inicial da UFLA com a ONG Nova Cambuquira, nas figuras do Franklin e da Marília, membros fundadores da ONG, que demandavam pesquisas sobre as águas minerais, assim, estabeleceu-se um “contato mais latente entre a Universidade com alguns membros de ONGs, com pessoas que moravam lá, com gestores públicos dessas cidades do Circuito das Águas”, já que passaram a visitar a região. Elaine participou dessas primeiras visitas e começou-se a amadurecer as ideias de pesquisas e então definiu o seu tema de pesquisa, passando a tratar na sua dissertação de mestrado sobre “a formação de esferas públicas que se formaram entorno desse tema água”, fazendo uma análise histórica da formação do município de Cambuquira e uma análise dos discursos que permeavam os conflitos sobre a gestão das águas minerais nos últimos trinta anos.

O trabalho da Elaine faz parte de um projeto com mais três pesquisadores e suas respectivas pesquisas. Esse projeto não contou com uma bolsa específica, exceto uma bolsa da CAPES que Elaine recebia por ser mestranda. Contaram com outro tipo de financiamento, já que,

[...] além de recurso financeiro, teve transporte, principalmente da UFLA, se não era diretamente um motorista ou transporte da UFLA, era no carro do José Roberto, mas com a gasolina que era paga pela UFLA. O Ministério Público foi muito parceiro, tiveram vezes que eles facilitaram essa questão da logística; a prefeitura de Cambuquira também contribuiu muito, a própria ONG Nova Cambuquira se prontificava, houve uma parceria legal em relação a essa questão de recurso, não teve assim, ah dinheiro X que a gente vai comprar um computador para o projeto, não isso não teve, mas teve uma parceria para cobrir esses gastos da logística, do transporte, de alimentação e hospedagem.

A atuação dessa equipe do projeto apresentava algumas nuances em certos momentos, e disse que, “em alguns momentos eu me distanciei do projeto, aí o Valderí e o Lucas ficaram

mais firmes, outros momentos eles ficavam mais distantes”. Esse grupo pouco discordava nos assuntos relacionados à pesquisa, justamente pelos trabalhos terem titulações diferentes, os conflitos que tiveram foram internos. Essa equipe interagiu com outras pessoas e instituições, tais quais, membros da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INCUBACOOOP), a Débora, secretária do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública (PPGAP), com a Fundação João Pinheiro por meio de uma parceria, gerando novos “desdobramentos do projeto”.

Diante desse número de envolvidos e com a viagem do orientador do projeto para outro país, as decisões deixaram de ser centralizadas no orientador e Elaine pode perceber que desde sempre “as decisões do grupo eram muito compartilhadas, coletivas, talvez o José Roberto ficasse a frente por uma questão burocrática, de recursos, enfim”.

No caso da pesquisa da Elaine, não foram feitas entrevistas com os atores, ela se utilizou de dados secundários por conta da análise histórica que se propôs a fazer, aonde a fonte de dados primária foi a aplicação do DRPE, de reuniões sobre a temática da água. Foi por meio do DRPE que surgiu o contato com o Ministério Público, com gestores públicos locais, com representantes da administração pública, da rede privada, gerente do SPA das águas, com ativistas e moradores. Esses atores tiveram acesso ao trabalho final de Elaine, primeiramente via WhatsApp, aonde foi divulgado para um grupo de cem pessoas; foi enviado para algumas pessoas via digital e o seu orientador o apresentou quando foi à Cambuquira apresentar também os resultados do DRPE.

Dentro do projeto e diante da sua pesquisa, Elaine encontrou dificuldades no a) levantamento de documentos que relatassem o histórico que a sua pesquisa se propunha a fazer, e que “depois que eu terminei a dissertação, meses depois e em contato com outras pessoas, eu tive outras percepções que eram importantes eu ter trago na minha dissertação e que eu não trouxe, mas porque eu não tinha achado nada, nenhum documento daquilo ali”. Outra dificuldade foi a de b) tratar sobre um tema polêmico, pois esse assunto é algo delicado na região de conflito, e tiveram de lidar com vários atores com interesses e valores diferentes, o que exige do pesquisador “certo jogo de cintura para lidar com as situações”

Além disso, c) questões logísticas da atividade da pesquisa, “a gente sempre precisava se movimentar, vai ter transporte? Não vai ter transporte? Como vai ser a alimentação? A hospedagem?”. Se depararam com d) questões ideológicas e de interesse que “não ficava muito claro e a gente pegava isso de outra forma, nas ações mesmo, porque o discurso era bem diferente do que realmente acontecia de ação mesmo sobre essa situação” E ainda, a e)

dificuldade de relatar a história, pois “a gente está investigando e ele está acontecendo ao mesmo tempo, isso tirava um pouco do nosso fôlego”.

Mas o interesse de Elaine não foi abalado por isso, muito pelo contrário, tem sido cada vez maior, por exemplo, ela que vê que Caxambu “ainda tem muito em que se avançar”, se interessando em contribuir com essa localidade:

O meu interesse é que esses trabalhos contribuam efetivamente para o que eles almejam, eles almejam demais o conhecimento técnico, então eu tenho muito interesse em continuar pesquisando porque ainda existem muitas lacunas a serem respondidas e ações também que podem ser realizadas, aquele fenômeno é uma coisa que está viva, que modifica e que está em processo.

Ela acredita que a equipe está conseguindo alcançar os resultados almejados, pois o objetivo inicial era o de “contribuir de alguma forma para transformar aquela realidade” e com o desenrolar da pesquisa e de um “ponto de vista acadêmico que quer entender o fenômeno”, surgiu

“um envolvimento tão grande que o nosso objetivo é de entender o fenômeno, de avançar nessa pesquisa social, mas ao mesmo tempo não esquecer que é uma pesquisa social aplicada, e que a gente consegue sugerir ou contribuir de alguma forma para modificar ali”.

Elaine então passou a entender quais eram os problemas, e vê que a legislação é responsável pela má gestão das águas minerais, “a legislação tratar a água mineral como minério gera um super problema pra configuração dessa má gestão”, pois se a água mineral não fosse considerada um minério pela legislação não existiriam tantos conflitos, pois a atual legislação a deixa desprotegida, ameaçando a cultura, identidade e os valores dos povos relacionados a essas águas, já que “essa legislação acaba dando uma margem muito grande para uma superexploração de forma legal”.

Outro impasse são os vários entendimentos do que seja água mineral que Elaine encontrou ao analisar os discursos, pois os entendimentos determinam os interesses e as motivações de cada ator envolvido, assim “depende muito do ponto de vista institucional”. É de extrema relevância trazer a tona esses questionamentos, fazendo com que esse trabalho contribua “para as discussões por ter poucos trabalhos que tratam sobre isso e é importante pra embasar os debates”.

Pela ONG Nova Cambuquira ter demandado por essas pesquisas, Elaine acredita que esta foi a grande beneficiada com os resultados do projeto, uma vez que, esse projeto foi uma demanda dessa ONG, pois eles careciam de um maior embasamento teórico a fim de

qualificar as discussões com demais atores sobre as águas minerais. Em um segundo momento, Elaine acredita que os benefícios se estenderam para os pesquisadores e em um terceiro momento, para a UFLA como um todo.

As contribuições se estendem para as demais comunidades de Circuito das Águas, já que inicialmente “a nossa grande parceria foi com Cambuquira, depois disso, outros representantes de outras ONGs de outras cidades nos conheceram, tiveram a oportunidade de entrar em contato”.

Diante desse resultado final, Elaine identificou ainda várias lacunas que surgem como oportunidades de pesquisa e que vão trazer mais benefícios ainda, dessa forma, já se prepara para tratar por outro viés as águas minerais no seu doutorado.

O projeto começou como uma pesquisa teórica, mas acabou impactou os discursos, principalmente nas reuniões e audiências públicas, nos eventos realizados, assim, passou de pesquisa para extensão, justamente por esse feedback, além disso, exerceu influência no ensino, pois “não tem como a gente separar essas experiências da prática da sala de aula, então isso contribui também para as pessoas entenderem o que está acontecendo na prática, e então contamos sobre essas pesquisas e essa extensão que está acontecendo nas salas de aula”.

5.1.7 Na busca pela gestão social das águas

As águas minerais passaram a fazer parte das pesquisas de José Roberto quando foi contatado pelo Pró-Reitor de Pesquisa da UFLA que lhe apresentou a demanda por pesquisas que envolvessem as águas minerais. O Pró-reitor falou sobre o Circuito das Águas de Minas Gerais e de um ativista, Franklin Frederich, que morava na Suíça e tinha um histórico de luta contra a privatização das águas minerais de Minas Gerais.

O assunto o interessou e ele resolveu entrar em contato com a Marília, presidente de uma ONG, a ONG Nova Cambuquira. A presidente da ONG também se interessou pelo contato e foi até Lavras para ofertar uma palestra, a partir desse momento, José Roberto apresentou o tema aos seus orientados e as discussões começaram. José Roberto pretendia focar nas águas minerais pelo viés da Gestão Social, assim como já havia trabalhado há oito anos:

[...] a água entrou como um tema importante porque a água é um bem comum, bem público, mas entorno dela giram outros interesses, como interesses privados, etc., então é um tema que se encaixou perfeitamente com os estudos de Gestão Social que nós já havíamos iniciado há 15 anos, e

como um elemento empírico de análise para a Gestão Social, então, daí a motivação de estudar a água, especialmente com o foco, obviamente, na participação da sociedade nas decisões públicas, políticas que estão relacionadas a esse tema.

Essa pesquisa surgiu então de “uma relação social de pesquisa”, e o foco foi os municípios de Cambuquira e Caxambu “porque a partir do momento que esses dois municípios apresentam movimentos sociais que lutam pela privatização da água, então, são os dois municípios definidos para as pesquisas, na verdade nós fomos escolhidos e escolhemos”.

Estudar as águas minerais é uma demanda muito centralizada no Sul de Minas Gerais. Há o conflito, pois

[...] ela tem uma especificidade na legislação brasileira, ela é considerada um mineral, e não água, apesar de nós bebermos a água mineral como alimento, ela é tratada no Código da Mineração como minério que pode ser explorado até a exaustão, infelizmente, a nossa legislação é assim [...] eu vejo que isso [a legislação] precisa ser alterada, eu até estou estudando sobre a legislação aqui em Portugal e sobre o conceito de água mineral em Portugal para nos subsidiar aí com a mudança na legislação. Então aqui eles dividem o conceito de água [...] água mineral, água de nascente e água tratada para consumo.

No Brasil, os conceitos sobre o que é a água mineral apresentam os mais variados sentidos, “a Elaine, por exemplo, estudou os discursos nos últimos 30 anos entorno da água mineral em Cambuquira, os termos que ela sistematiza na pesquisa são dádiva, fonte de saúde e longevidade, patrimônio, turismo, enfim”.

Para realizar as pesquisas, formou-se então um “grupo” que construiu um projeto de pesquisa para submeter ao CNPq, elencando quatro objetivos específicos que seriam tratados pelos quatro orientados dele, aonde cada um escolheu um objetivo, mas trabalharam coletivamente nesse projeto entorno de um objetivo geral. Os objetivos desse projeto foram “sendo lapidados, a medida que fomos conhecendo a realidade da pesquisa” para ele, isso acontece pois há uma busca por melhor entender “o contexto, as pessoas, o lugar e o território”, mas o objetivo principal não mudou e permanece o interesse em “realizar pesquisas e mostrar os resultados dentro de um compromisso ético com a sociedade”.

Esse compromisso ético é um dos valores que pauta a atividade de pesquisa de José Roberto, com o intuito de promover a formação e desenvolvimento da cidadania no Brasil.

Eu sempre trabalhei com temas sociológicos, a minha formação é em Administração e Sociologia, então sempre trabalhei com temas relacionados”. Assim, busca estar “eticamente comprometido com as questões sociais do seu país, da sua localidade, da sua região, valores éticos

de compromisso com a essas questões sociais que esteja pautada e bem fundamentada e que leve com seriedade e não misture política partidária com pesquisa.

Além da influência desses valores pessoais de José Roberto, a pesquisa recebeu influência dos atores com quem mantiveram contato, e para ele, foi uma interação bastante positiva, pois “toda pesquisa social tem um contexto relacional, você não consegue fazer pesquisa se não tiver uma relação social com os sujeitos da pesquisa”. Essa relação dita por ele foi mais intensa com os ativistas, com moradores locais e com os prefeitos municipais, com os quais ele se encontrava frequentemente, seja por meio de eventos, palestras, diagnósticos e até entrevistas.

Houve certo contato também com demais pesquisadores de águas minerais, mas um contato breve, pois não existe no Brasil uma rede de pesquisadores nessa área, assim, o contato era esporádico. José Roberto, que mora em Portugal atualmente, conheceu uma rede de pesquisadores espanhóis e portugueses entorno desse tema, “eu comecei a participar dessa rede, mas no Brasil nós precisamos formar uma rede também, estou bastante motivado em relação a isso”.

Já o relacionamento com os pesquisadores do próprio grupo era pautado na cooperação, e agiam de forma coletiva em que “as decisões eram conjuntas sob minha liderança. Eu gosto de orientá-los de uma forma dialógica, construindo junto, problematizando junto”. Claro que durante a pesquisa surgiram algumas divergências, que para ele “é normal em construções sociais, há questionamentos, discussões, o diálogo pressupõe oposições, divergências, não é unilateral, buscamos o consenso com base argumentativa e na razão, mas não no sentido da autoridade e imposição”.

Mas a grande dificuldade desse projeto, não foram essas divergências, até porque havia consenso, mas a dificuldade maior foi financeira, isso porque o projeto não recebeu recursos tampouco a atenção das agências de financiamento, “não tivemos recursos, parece que as fontes de financiamento não querem que se pesquise a área social da água mineral, porque para as áreas técnicas, de Hidrologia, Climatologia tem recurso, mas pra nós não”.

Os recursos financeiros teriam facilitado a execução do projeto, pois se esbarraram em diversos momentos com empecilhos na questão logística, mas que “foram superadas com a solidariedade das pessoas interessadas nas pesquisas”. Ele acredita que esse projeto beneficia em um primeiro momento os pesquisadores, docentes e discentes, já que “nós crescemos intelectualmente nos apropriamos de mais conhecimento, tivemos um contato direto com uma realidade que está próxima e nós não conhecíamos”. Além disso, para ele, as ONGs dos

municípios de Cambuquira e Caxambu também tiveram e tem benefícios com esse projeto “se beneficiaram porque nós tivemos e estamos dando o retorno pra eles sobre o que estamos fazendo, então nós criamos uma parceria com esse movimento social”, além desses atores, para ele, as Prefeituras Municipais desses dois municípios “adquirem força e legitimidade nas ações no embate pela água mineral como bem comum, patrimônio cultural e como bem publico”, tornando-se também beneficiárias dessas pesquisas. Diz ainda que a pesquisa possui uma relevância “social, econômica, ambiental, política, em que os resultados são reveladores para a consciência crítica dos envolvidos na luta contra a privatização da água”.

5.1.8 Do objeto aos afetos

Em 2013, Valderí chegou na UFLA para iniciar o mestrado e até aquele momento não havia nenhuma relação com as águas minerais. Valderí nem gostava de água mineral com gás, não conhecia Cambuquira, Caxambu, tampouco o Circuito das Águas, “a relação era basicamente nula, conhecia água mineral pela garrafinha, que era comprada”, interessante dizer que, segundo ele “de uma forma contraditória eu passei a gostar mais de água mineral e comprar água mineral depois do projeto”.

Assim, estudar as águas minerais foi algo que lhe foi apresentado pelo seu orientador em uma reunião, este falava sobre águas, sobre Cambuquira, e ele não conhecia, inclusive tinha até dificuldade em internalizar o nome da cidade, esquecendo o nome várias vezes. O seu orientador dizia que havia estabelecido contato com um ativista importante para essa temática, falou sobre uma ONG, a ONG Nova Cambuquira e sobre parceria que estava começando entre a UFLA, a ONG e a Universidade de Berna na Suíça, “ele meio que colocou a gente na pesquisa, então não foi assim, eu, Valderí, quero estudar as águas minerais, veio do grupo de pesquisas, da minha orientação”.

Para desenvolver essas pesquisas, formou-se um grupo de quatro pesquisadores, sendo o Valderí um deles e com um orientador, esse era o “grupo formal” chamado por ele. Esse grupo trabalharia em um projeto que tinha um objetivo geral e quatro objetivos específicos e distintos para cada membro do grupo.

Esse trabalho apresentou cinco dificuldades, tais como: a) dificuldades de financiamento do projeto. O projeto foi submetido ao CNPq e à FAPEMIG, mas não foi aprovado, não conseguindo financiamento. Ele acredita que “o objeto, talvez a questão da gestão e participação social não é o que essas instituições querem, eles querem mais a parte

tecnológica e desenvolvimento científico, não discussões sociológicas sobre a questão da água e atores e sociedade civil”.

Essa outra dificuldade é vista por ele como algo positivo para o projeto, que é b) o excesso de dados, dos quais ele não conseguiu trabalhar com a maioria deles, que conta com dados documentais, fotos, entrevistas, observações, eventos e anotações. Para ele, o ideal seria que o projeto desenvolvesse uma forma coordenada em que “no final a gente fosse compartilhando interpretações”. c) Outro dificultador foram as entrevistas com a CODEMIG e demais instituições, eles não tentaram muito, mas diante da relação com o campo ele acredita que “se a gente tentasse a gente teria uma limitação de acesso a esse pessoal”. O contato foi maior com pesquisadores do tema e com os ativistas que influenciaram muito a pesquisa, mas com empresários, por exemplo, o contato foi muito breve, não houve contato com a CODEMIG, somente com uma gestora do Parque das Águas de Caxambu, mas que também foi breve. Estabeleceu-se contato com os prefeitos municipais, com ênfase no Prefeito de Caxambu que é mais “aberto ao debate”.

Encontrou dificuldade no que para ele é algo “bastante humano” que foram d) os conflitos dentro do grupo. E, por fim, outro fator foi uma questão pessoal, o seu e) afastamento da pesquisa. No primeiro ano de pesquisa, Valderí não pode residir em Lavras, que é aonde acontece a gestão do projeto e isso o afastou das atividades, do campo e das interações.

Isso mudou no final de 2017 quando Valderí assumiu outras atividades do projeto, pois seu orientador precisou se mudar para Portugal, isso fez com que as decisões em torno do projeto passassem a ser descentralizadas.

Conta Valderí que o grupo “nunca chegou a conflitos abertos”, mas com a experiência empírica que o grupo tinha, estes esperavam seguir por uma abordagem teórica diferente da qual a orientação desejava seguir, porque era algo que já havia sido estabelecido no projeto, mas isso “nunca atrapalhou o entendimento da pesquisa e desenvolvimento do grupo”. Pessoalmente, isso gerou um conflito em que ele continua: “não sei ao certo qual a tese que eu defendo, porque com o trabalho de campo isso vai mudando, então nesse caso, há muito conflito entre o que eu estou pesquisando no campo empírico e teórico, pra mim isso foi o maior conflito possível, o teórico que eu usava dava conta de pouca coisa e eu queria ir mais além”.

Essas contribuições teóricas vieram do campo empírico, mas principalmente do seu contato com o chamado por ele “grupo informal”. Esse grupo informal começou do contato mais estreito com a ONG Nova Cambuquira, representado pela Ana Paula. Essa relação mais

próxima entre Valderí e Ana Paula teve um marco, foi quando o entrevistado e o professor Arimatéia também do Departamento de Administração estavam indo para Cambuquira encontrar com a Ana Paula. Para um artigo eles iriam acompanhar ela e o Tiago (atual presidente da ONG Nova Cambuquira), por um tempo para entender o dia-a-dia deles e a relação da água no cotidiano desses atores, e pensando no que podiam oferecer de contrapartida, pensaram em um evento. Propuseram a eles e nesse mesmo dia elaboravam a proposta de um colóquio. Passaram a organizar o “I Colóquio Esferas em Diálogo” e daí passaram a se comunicar todos os dias, construindo uma relação mais próxima.

Esse evento foi o que chamou a atenção do Raphael da UERJ. Raphael interessado no evento entrou em contato com Valderí via Facebook manifestando interesse em participar do tal evento. Nesse primeiro evento, por surgirem problemas de logística, Raphael não pode estar presente, mas começou o contato entre eles. Até que, posteriormente, em outro evento sobre as águas minerais que aconteceu em Caxambu, eles se conheceram pessoalmente depois participaram de eventos e começaram um artigo em parceria.

Valderí conta que Ana Paula foi o elo dele com o professor Pedro Portugal. Ela havia lido um texto do Pedro, já o conhecia e se comunicava com ele, pois as discussões dele eram favoráveis às discussões da ONG. Ana Paula passou o contato do Pedro para o Valderí e, então, iniciaram a conversa para ele participar do “I Colóquio Esferas em Diálogo”.

E assim se formou o grupo informal, que se fala todos os dias através de um grupo de WhatsApp e passaram a incluir ativistas, poder público, descendente dos povos Puris e os pesquisadores interessados. Essa relação é paralela ao grupo formal. Esse grupo informal coproduz pesquisas sobre as águas minerais, promove práticas de extensão e realiza eventos, assim, ele diz, “hoje tem várias atividades sendo feitas, e muito dispersas que não são só pesquisas, tem eventos, tem extensão” e continua

[...] isso não tem a ver com o referencial do projeto formal tem a ver mais com esse grupo, as coisas fluem muito da academia para coletivos, está muito dinâmico, e que não se separa mais ensino, pesquisa e extensão nesse coletivo que se formou para pesquisar as águas, a gente até tem vontade de integrar outras pessoas, mas as relações aconteceram de maneira muito informal.

Ou ainda “de maneira orgânica” e isso tem influenciado o direcionamento das ações.

Esse grupo “informal” junto de atores do grupo “formal” publicou um livro recentemente, intitulado “Clamor das Águas”; Ele considera que “esse livro foi um experimento coletivo de pesquisa, extensão, produção coletiva do conhecimento muito

interessante”, que surgiu a partir do I Fórum Alternativo das Águas Minerais (FAMA) que aconteceu em Cambuquira. Esse evento teve como proposição debater as águas minerais a fim de contrapor o Fórum Mundial das Águas que não dava espaço para a discussão dessa água mineral, e nesse evento resolveu fazer “chamadas de trabalhos” a fim de comporem um livro.

Mas, esse não foi o primeiro trabalho de Valderí que foi publicado, ele tem uma gama de abordagens de trabalho. Enquanto desenvolve a sua tese, ele foi pesquisando de forma paralela a ela. Ele tem artigos escritos e publicados, das mais variadas abordagens relacionadas às águas minerais, esses trabalhos tratam de temas e objetivos que foram surgindo durante o seu relacionamento com os atores e durante o seu trabalho de campo. Alguns desses trabalhos irão compor a sua tese.

O objetivo da tese dele no projeto era o de “discutir a questão da gestão social, trabalhar com a água e a questão ambiental”. Valderí responde a quem o pergunta se os objetivos da sua pesquisa já mudaram, que para ele, isso é fruto da interação com os atores e com o trabalho empírico, o que fez com que ele mudasse de foco, de abordagens, de leituras. O objetivo do projeto como um todo está fixado, mesmo com essas mudanças, as pesquisas ainda se encaixa com esse objetivo pré-fixado, e continua: “eu dou muito valor a essa interação do teórico com o empírico, se você define um objetivo e segue ele até o final, de duas uma: ou você é um gênio ou você desconsiderou um conjunto de coisas que você foi aprendendo, tanto teórico quanto empírico, eu sou mais adepto da segunda opção” e para ele, isso não é algo ruim.

Toda essa atividade de pesquisa é pautada na cooperação, já que, para ele, o grande diferencial dessa pesquisa foi o espaço que se formou entre a ONG e a Universidade, no qual surgiu um coletivo de pesquisa que Valderí diz ser “diferenciado da maioria dos arranjos de pesquisa que a gente tem”. Se antes a pesquisa era “o pesquisador sai, faz o campo, volta e analisa”, nesse espaço formado há um “pesquisador ativista e uma ONG acadêmica” – ideia que segundo ele foi colocada pelo professor Arimatéia.

Diante desse emaranhado, Valderí se pergunta “como eu vou terminar esse projeto?”, pois se confronta com essa relação que estabeleceu e que ele não tem como se desvencilhar, pois acredita que “a pesquisa me acompanha [...] isso gerou um vínculo, um valor, um afeto mesmo que de certa forma foi construído mesmo nesse processo, e que se tornou importante para a pesquisa”. E dessa relação o benefício é mútuo em que a comunidade acadêmica pode realizar trabalhos que favorecerão as comunidades locais. Para ele, a ONG Nova Cambuquira foi quem mais se beneficiou desse projeto, justamente por conta dessa relação que se estabeleceu.

Esse envolvimento o faz se interessar cada vez mais pelo assunto e o coloca a par inclusive dos problemas lá enfrentados. A legislação, por exemplo, é algo muito problemático e Valderí considera que “o ideal seria que houvesse uma legislação específica para as águas minerais, que não é essa do minério ou um arranjo integrado em que a água ela não é mais só um minério, é também alimento, bem comum, recurso hídrico”. Considera que o caminho é a integração na legislação, já que isso garantiria a proteção, a conservação e o controle dessas águas.

Há além disso, uma pluralidade de entendimentos sobre o que é água mineral e que não estava presente na pesquisa de Valderí desde o início, justamente pelos valores legislativos associados a ela, “o normativo apaga os outros entendimentos” e com o avançar da pesquisa passou a ser identificados novos significados. Para ele, o trabalho de campo foi realmente algo fundamental para a sua pesquisa e que dificulta encontrar a relevância dessa pesquisa, pois não foi uma atividade em que se tinha um pesquisado e um pesquisador, mas estabeleceu-se uma relação diferenciada de pesquisa que orientou e orienta o trabalho realizado, com ações paralelas em que ensino, pesquisa e extensão englobam uma coisa só.

5.2 Construção social de pesquisas sobre águas minerais: uma síntese

Para Spink (2010), ao realizar uma investigação construtivista é preciso considerar que o conhecimento é algo socialmente construído. Portanto, nas pesquisas o “[...] conhecimento é algo que as pessoas fazem juntas” (SPINK, 2010, p. 09). Ao longo dessa pesquisa, foi identificada essa constante interação entre os pesquisadores e os atores sociais que se envolveram nas respectivas atividades de pesquisa. Raphael Vianna, por exemplo, utilizou a interação com os indivíduos como uma metodologia, em que a descrição que está fazendo e por influência dos atores, segundo ele, pois “*esses atores trazem para ele novos olhares*”.

A pesquisa de Thatiana Stacanelli Teixeira foi marcada principalmente pelo relacionamento com os movimentos sociais, que de uma comunhão de valores com eles, o interesse em pesquisar e se envolver nessa causa perpassou inclusive o seu papel de pesquisadora, dizendo que

[...] a partir desse contato que se foi conhecendo os posicionamentos, as lutas e fez com que ela também se posicionasse, chegando a dizer que a gente estabelece vínculos com o que a gente pesquisou, e acabam se tornando amigos, e fora da ação como pesquisadora, como membro da sociedade mesmo, me engajo nessas causas. Então eu tive esse envolvimento, mas nada

que influenciasse diretamente a minha pesquisa, eu sempre soube me posicionar dentro e fora da minha pesquisa.

Mesmo ela dizendo que não foi algo que influenciou a sua pesquisa, houve uma aproximação pela compatibilidade de valores, pela ajuda ofertada pela ONG Nova Cambuquira que acabou facilitando e possibilitando esse trabalho, ou ainda por se permitirem serem estudados. Além disso, Tathiana passou a ser uma pesquisadora voltada para ações de extensão e ativismo, o que gerou inclusive, uma nova qualidade de pesquisador.

Pedro dos Santos Portugal Júnior buscou, justamente pela interação com demais pesquisadores da área, que o seu trabalho tivesse um maior embasamento teórico e inclusive lamenta não ter incluído mais atores sociais além dos especialistas no assunto. Para Lucas Canestri de Oliveira, a pesquisa de campo é sinônimo de “pesquisar mesmo”. Dizendo que busca “manter contato com as lideranças e com os ativistas, pois eles são como informantes, eles vão contextualizando pra gente e a gente vai entendendo o que está acontecendo”. Esse relacionamento denota uma importância dos atores sociais para o direcionamento da pesquisa, justamente por eles trazerem as informações e que é o trabalho escrito.

A Entrevistada 5 considera que a

[...] relação com os sujeitos de pesquisa e atores não deve ser uma relacionamento de conveniência em que as pessoas te dão uma informação apenas, mas você está criando uma relação com o sujeito no sentido de produzir reflexões, análises, informações, dados que podem ser usados e compartilhados não só por você, mas por outras pessoas.

Assim, a atividade de pesquisa é um momento de compartilhamento e construção. Mais uma vez, a Entrevistada 5 se engajou na causa, para além de sua atividade como pesquisadora, e isso faz com que o seu interesse aumente e inclusive a faça formular um projeto de extensão, em andamento, com o intuito de gerar benefícios para essas comunidades e se aproximar delas: “ela procura manter um contato direto com os ativistas, justamente para apoiar e poder contribuir para os trabalhos por eles realizados”. Além disso, a Entrevistada 5 diz que esse relacionamento “influenciou diretamente na formação dos estudantes como pesquisadores, uma vez que, em situações como essas os métodos convencionais de pesquisa não são suficientes pra trabalhar com questões tensas, críticas como essas”.

No caso de Elaine, que utilizou de dados secundários para sua pesquisa, a influência dos atores sociais foi indireta. Por exemplo, influenciaram na possibilidade de realizar o projeto, pois contaram com o auxílio desses atores, que se interessavam por essas pesquisas e se dispuseram a contribuir com a questão logística e isso se torna fundamental, pois são eles

que possibilitam de certa forma a qualidade do trabalho, justamente por permitirem uma atividade de campo, por exemplo.

José Roberto Pereira foi o orientador de quatro pesquisas aqui citadas, o seu contato com os atores foi indireto. Por outro lado, pela demanda por esses trabalhos terem surgido de agentes externos, isso qualifica uma relação em que os atores determinam a atividade de pesquisa, pois a iniciativa surgiu de demais pessoas e que possibilitou o engajamento e o surgimento de quatro trabalhos relacionados ao tema em questão, pois “[ele] foi contatado pelo Pró-Reitor de Pesquisa da UFLA que lhe apresentou a demanda por pesquisas que envolvessem as águas minerais [...] a ONG também se interessou pelo contato [...]” e assim a pesquisa surgiu.

Valderí de Castro Alcântara foi quem estabeleceu o maior contato com os atores sociais e essa relação impactou fortemente a sua atividade de pesquisa. Em um primeiro momento, a mudança do seu orientador para outro país possibilitou o seu maior engajamento no projeto, pois acabou assumindo certas atividades. Ele formou um “grupo informal”, no qual a formação desse se resume às diversas interações com os indivíduos envolvidos na causa, esse grupo é de extrema influência para as abordagens teóricas que ele adota, estimula e coproduz trabalhos científicos com ele, e estabeleceu-se uma “relação de afeto” que dificulta ou o estimula as suas pesquisas sobre águas minerais. Ele passou a ter um papel ativista, que ultrapassou a sua qualidade de pesquisador. Diz ele: “as coisas fluem muito da academia para coletivos, está muito dinâmico [...] toda essa atividade de pesquisa é pautada na cooperação [...] o grande diferencial dessa pesquisa foi o espaço que se formou entre a ONG e a Universidade, no qual surgiu um coletivo de pesquisa [...]”.

O socioconstrucionismo abre e legitima formas de trabalho que não separam investigação da intervenção, nem tampouco privilegiam uma racionalidade local em detrimento das demais, fornecendo uma maneira de orientação para a prática. Além disso, “[...] o construcionismo busca superar o dualismo tradicional entre sujeito e objeto” (BORGES et al., 2016, p. 394) – o que foi visto nas trajetórias de pesquisa de vários

Esse é o caso da maioria das pesquisas aqui citadas, Thatiana passou a atuar como ativista, mesmo que ela não tenha dito isso claramente, mas

[...] a gente estabelece vínculos com o que a gente pesquisou e tudo o mais, e acabam se tornando amigos, e fora da ação como pesquisadora, como membro da sociedade mesmo, me engajo nessas causas”. Ela acredita ainda que “tem se formado uma rede de pesquisadores, aonde há uma contribuição e um apoio mútuo [...] contribuindo para que se pense e se promova uma gestão das águas minerais de forma participativa, social e dialógica.

Isso mostra a noção de pesquisa como ato interativo e construído juntos por meio de práticas sociais (SPINK, 2010). Pedro e Lucas também revelam que suas trajetórias de pesquisa foram influenciadas por outros pesquisadores e pelo contexto do Circuito das Águas. A tese de Pedro manteve relação direta com a política – ela foi usada em um projeto de lei em que passassem a considerar as águas minerais como um recurso hídrico no âmbito da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH).

Lucas indica que “a gente ajudar de alguma forma, eu fico nesse meio de campo ajudando como posso” buscando contribuir para além das pesquisas, ajudando na integração da universidade com as organizações da sociedade civil. A Entrevistada 5 acredita que a extensão é o caminho para essa aproximação. Ela inclusive desenvolve um projeto de extensão sobre águas minerais em São Lourenço.

O projeto de Elaine, por exemplo, impactou os discursos dos atores que tiveram acesso a sua pesquisa, principalmente nas reuniões, audiências públicas e nos eventos realizados. Além disso, isso impactou a academia, pois “não tem como a gente separar essas experiências da prática da sala de aula”, e, assim, contribui para que outras pessoas entendam “o que está acontecendo na prática, e então contamos sobre essas pesquisas e essa extensão que está acontecendo nas salas de aula”. Por isso, nessa visão, o conhecimento se situa dentro de processos de interação social (ROSA; TURETA; BRITO, 2006).

Já Valderi promoveu uma prática dessa pesquisa e se beneficiou dela, principalmente pelo grupo informal que se criou durante essa atividade de pesquisas, mas o benefício foi mútuo, pois “hoje tem várias atividades sendo feitas, e muito dispersas que não são só pesquisas, tem eventos, tem extensão”. Além disso, publicaram um livro, criaram um importante evento que discute e contrapõe o “Fórum Mundial das Águas que não dava espaço para a discussão dessa água mineral”, escreveram inúmeros artigos com temas que surgiram a partir da observação durante o seu trabalho empírico.

Estes elementos até aqui apresentados mostram que as interações estabelecidas são carregadas de valor entre os cientistas praticantes, aonde as questões epistêmicas estão inseridas na organização social das comunidades científicas – uma noção também de construção social dos fatos científicos (SPINK, 2010). Os atores também falaram dos valores que acreditam ser relevantes.

Raphael, por exemplo, adota valores e conceitos relacionados à natureza, à questões de interesse, controvérsias e cosmopolítica. Já Thatiana se apoia na ética, no respeito ao próximo, e no ideal de água mineral como bem comum. Pedro na institucionalidade e no entendimento

de água como recurso hídrico. Lucas se volta para a cultura, para a prudência, solução de problemas e compartilhamento do processo decisório. A Entrevistada 5 acredita na ética, na relação sujeito-objeto e na construção social da pesquisa. Elaine caminha pelos ideais de preservação ambiental, de bem comum e noção de consequências. José Roberto, então, se utiliza da ética, da formação da cidadania, do comprometimento, seriedade, sem filiação partidária, com as questões sociais e do compromisso. Já Valderí traz a relação sujeito-objeto, a construção social da pesquisa, a cooperação, a gestão social, participação social, democracia e a noção de bem comum. Dessa forma, percebemos que diversos valores são apresentados pelos pesquisadores e eles trazem consigo para a atividade de pesquisa, e, constroem também eles na interação com o trabalho de pesquisa.

Cunliffe (2008) reforça que estabelece-se sempre eu-em-relação-com-outros porque todos fazemos parte da vida dos outros e os outros compõem a nossa vida, pensamos e somos quem somos porque tudo o que fazemos é relacional, dialógico e intersubjetivo. Isso foi observado muito no que tange as interações percebidas entre pesquisadores. Essa noção de interação e diálogo se relaciona justamente com muitas falas dos entrevistados. Esses passaram a se identificar com a causa e gerou um certo ativismo na maioria deles justamente pelo relacionamento dialógico e intersubjetivo, pois foi a partir desse relacionamento entre vários sujeitos que surgiram novas consciências. Muitos desses pesquisadores, exceto a Elaine, desconheciam totalmente sobre o assunto, mas ao final de seus projetos, ou até o momento de suas entrevistas, o engajamento foi notório, justamente por esse processo relacional, em que os cientistas não geraram verdades indiscutíveis, mas produziram conhecimentos lapidados pelos atores e que estão em constante movimento dada a inconstância do fenômeno. A Entrevistada 5 e Elaine dizem que pesquisam esse fenômeno das águas minerais no mesmo momento em que eles acontecem, assim, não é possível produzir verdades absolutas, mas produzir conhecimentos que serão discutidos e reformulados posteriormente, inclusive, esses pesquisadores entrevistados alegaram que se pudessem reconstruir as suas pesquisas trariam novos olhares e perspectivas, justamente por esse dinamismo que descarta o conhecimento de uma verdade absoluta, pois analisar uma realidade social pressupõe essa intersubjetividade. Spink (2010) argumenta que em certos grupos de relações existe uma visão, mas que existem inúmeros outros grupos, portanto inúmeras outras visões e perspectivas. Assim, não existe uma única realidade sobre os fatos, mas realidades múltiplas criadas a partir da socialização dos indivíduos na coletividade, isso é, é algo criado a partir das práticas sociais e não de algo aprendido e internalizado.

Todos os pesquisadores entrevistados trataram em seus trabalhos de mais de uma realidade possível. Conforme Spink (2010), isso se deve à noção de realidade múltiplas na visão socioconstrucionista, trazendo os mais variados entendimentos do que seja água mineral, do que ela representa, o que cada ator espera ao considerá-la um minério, um alimento, um atrativo turístico, um remédio, dentre outros. Mas todos partem da ideia de que é preciso uma mudança institucional. Essa mudança pressupõe desconsiderar um tipo único de realidade, que é o que a legislação configura, já que baseado nessa institucionalidade, em que água mineral é minério passa a desconsiderar as demais atribuições dadas à ela.

Raphael diz que descreve a “construção dos atores que estão envolvidos nessas controvérsias a fim de que não sejam suplantados, não sejam dirimidos em decorrência de uma perspectiva única”, isso porque existem demais denominações, e tem havido certa sobreposição de conceitos. Já Thatiana, buscou justamente em sua pesquisa compreender entender “o que são as águas? O que são as águas minerais? Qual a diferença dessas águas?”, para que assim, entenda o que esses significados representam, já que geralmente estão associados à interesses. Tratar a água como mercadoria, alimento, minério, denota um certo tipo de tratamento à ela.

Esse entendimento é visto nas pesquisas de Pedro, ele que acredita que “a institucionalidade é forte”, e isso significa que a água ser tratada como minério é algo que permite uma única realidade, mas que a mudança institucional que ele pressupõe não deslegitima a perspectiva institucional, mas considera e abre espaço para as demais, como a água como recurso hídrico, que traz novos arranjos. Lucas ao tratar de cultura diz que “as manifestações culturais não possuem universalidade” e essas manifestações culturais trazem costumes, tradições e valores que estão relacionadas às águas minerais, assim, é preciso entender quais manifestações estão associadas à essas águas, não partindo viés apenas econômico e de exploração comercial.

Esse tipo de posicionamento é encontrado em todos os demais pesquisadores, e Pedro reforça isso ao dizer que ele “não encontrou no Brasil nenhum trabalho acadêmico que se diga contra essa mudança institucional proposta por ele e demais autores”. E assim, o construtivismo social mostra que diferentes “fenômenos” são construção dos processos sociais e do movimento processual da historicidade e da cultura; liberta-se do que se considera como verdade, pois existem realidades múltiplas com verdades múltiplas (SPINK, 2010).

Ao mesmo tempo em que os indivíduos constroem o conhecimento, esse conhecimento molda o sujeito e o objeto daquela construção, assim, é preciso desconstruir a

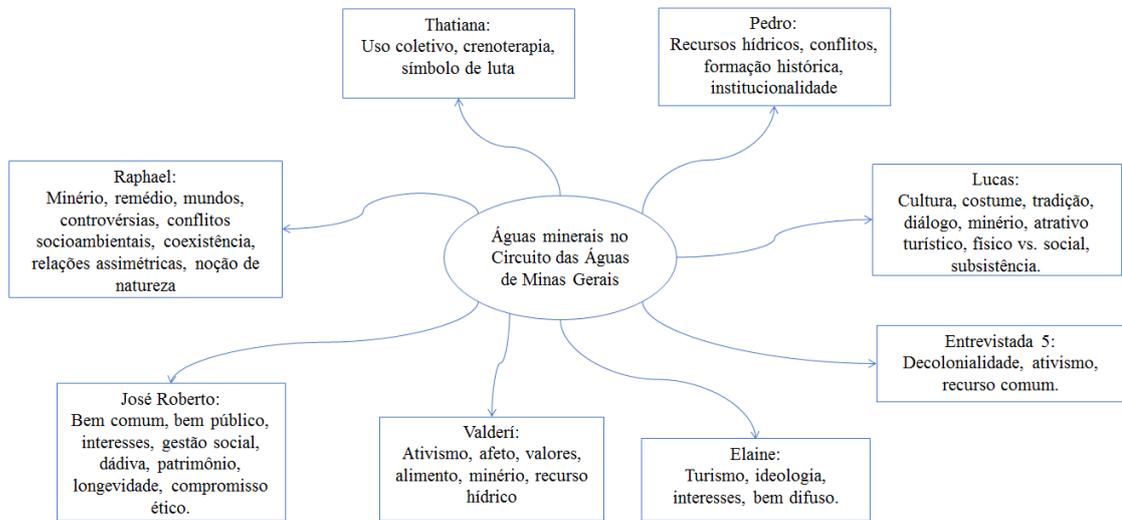
dicotomia sujeito-objeto, considerando-os então como construções sociais intrínsecas e não dicotômicas. Esse tipo de construção social é algo observado em todos os entrevistados, em que foram criadas relações que se expandiram para além do limite sujeito e objeto, surgiu um engajamento, novas ações para além da pesquisa. Os atores sociais não foram considerados por esses atores como objetos apenas, mas como colaboradores de seus trabalhos, como coprodutores, houve um relacionamento de “benefício mútuo”, como é dito por vários deles.

Spink (2010) diz que para que a pesquisa construtivista seja útil, é preciso que haja clareza para se explicar como está ocorrendo a construção social, não focalizar nas ideias, mas como esses pensamentos se desenvolveram, considerando as possibilidades. Pois, para Spink (2010), o conhecimento depende da perspectiva, não sendo possível dizer que existe um único ponto de vista a ser considerado correto, pois se encontra perspectivas diferentes e um constante movimento de mudança.

O próprio lócus de pesquisa desses entrevistados pressupõe que se considerem a água mineral sob várias perspectivas, inclusive como uma identidade local e dos povos ali residentes. Assim, os pesquisadores trouxeram variadas facetas e entendimentos sobre essa construção social e mais do que isso, construíram juntamente dos atores envolvidos, já que desenvolveram um relacionamento tão estreito desqualificando a relação sujeito e objeto – criou-se um engajamento e um envolvimento diferenciado, mas que não impactaram no sentido de contribuir para a construção das pesquisas – o que aconteceu foi uma comunhão de valores, e apenas a busca por uma nova realidade com diversas possíveis configurações. No caso um constante movimento de mudança (SPINK, 2010).

Finalmente, pensando em compreender (Figura 9) como o objeto água é socialmente construído, identificou-se no discurso e nas práticas dos pesquisadores, conceitos e entendimentos de água mineral que acabaram sendo percebidos ao longo do trabalho empírico e socialmente construído a partir do convívio e da atividade de pesquisa, isso porque na maioria dos trabalhos aqui citados, a noção de água mineral e os possíveis entendimentos, vieram da realidade em que esses atores foram inseridos. Assim, esses pesquisadores se unem na noção de que a configuração atual é problemática, trazem o conceito de minério em suas pesquisas com o intuito de salientar que a legislação brasileira desconsidera e ameaça os demais entendimentos que se faz da mesma, essas novas perspectivas de água mineral além de refletir as inúmeras possibilidades possíveis, foram importantes para demonstrar novas identidades que as fazem ser protegidas e entendidas a partir da participação e da construção social. A Figura 4 também mostra, seguindo Hamlin (2000), que se trata de “águas minerais” e não de “água mineral”

Figura 4: As águas minerais a partir dos seus pesquisadores.



Fonte: Elaborado pela autora.

A seguir apresentamos as considerações finais, destacando também limitações e uma agenda de pesquisas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar na água como um objeto ou como muitos, implica na forma como esses recursos serão geridos (HAMLIN, 2000). A partir deste estudo e da ótica construcionistas, especialmente de Spink (2010), conclui-se que se trata de águas minerais (no plural) a partir da forma como os pesquisadores constroem suas pesquisas em torno delas. A noção de que “presenças e ausências se digladiam cotidianamente em busca assegurar suas próprias existências” (ALCÂNTARA; CORDEIRO NETO; VALADÃO, 2017, p. 14) ganham as páginas de publicações acadêmicas – e percebe-se que fazem parte politicamente da “guerra das águas” (BEZERRA; BRANQUINHO, 2017).

Este trabalho se propôs a compreender a construção social das pesquisas em torno das águas minerais no Circuito das Águas de Minas Gerais, sistematizando as pesquisas sobre essa temática a fim de compreender o objeto água mineral na visão de cada autor citado, além de introduzir o conceito de construtivismo social para embasar o propósito do projeto. Analisou-se a construção das atividades de pesquisa de estudiosos citados ao longo desse presente trabalho por meio de entrevistas com roteiros semiestruturados e gravados em áudio, visando captar o modo de fazer pesquisa e qual as suas relações, entendimentos, perspectivas, interesses nas águas minerais. Os resultados foram expressos em narrativas, buscando manter fidelidade às informações coletadas. Essas informações foram compiladas em narrativas e interpretadas a partir da ótica construcionista. Com esses resultados, foi possível diagnosticar que as atividades de pesquisas perpassam por diversos fatores e elementos no seu processo de construção que não são percebidos quando se acessa o trabalho já publicado como um artigo ou um livro.

Foi mostrado que o Circuito das Águas de Minas Gerais foi um contexto que impactou a construção das pesquisas, pelos seus fortes elementos históricos e culturais ligados às águas minerais, e, também pela amplitude dos conflitos ali existentes.

Por meio dessa pesquisa foi possível perceber como se constroem as pesquisas e foi possível perceber que as adversidades também contribuem para o enriquecimento do trabalho e que as mudanças que ocorrem são fruto da realidade e da construção social a que pertence o objeto. Além disso, essa pesquisa alerta para a problemática das águas minerais, trazendo o contexto desse recurso/bem conferindo uma maior visibilidade para o caso, e com a identificação do problema, pode-se ampliar o número de pesquisas com o intuito de ajudar nesses embates.

Chegou-se à conclusão de que a ideia do construtivismo Social de que há uma interpretação da realidade e que esta realidade será o guia para a pesquisa, está presente nas atividades de pesquisa dos entrevistados, aonde observou-se a influência do contexto social na construção das pesquisas de cada autor citado e como foi transformadora a aceitação dessas variáveis pelos pesquisadores, que moldaram todo o trabalho.

Outro elemento forte sob a lente construcionista, é a ideia de relações entre autores e as articulações dos mesmos para que seus trabalhos fortaleçam um discurso, este discurso é performativo dada uma realidade (SPINK, 2010). Essas práticas dos pesquisadores mostram um engajamento que é pouco comum na academia. Dessa forma, percebe-se que os pesquisadores formaram uma rede que dialogam com diferentes grupos de pesquisa e atores locais. Esse elemento interacional (SPINK, 2010) se mostrou fundamental na construção das pesquisas.

Finalmente, como limitações indicamos o número reduzido de pesquisadores entrevistados, o que limitou a comparação; pouco acesso aos atores que envolvem a problemática das águas minerais de outras regiões – focando em pesquisadores de um mesmo grupo; baixa participação da pesquisadora que aqui escreve nos eventos e palestras sobre a temática – em que a presença mais constante com os pesquisadores poderia ampliar a compreensão da construção social das pesquisas.

Como agenda para pesquisas futuras indicamos pesquisas que ampliem o número de pesquisadores; utilizar da etnografia para registrar o trabalho em campo, no sentido de seguir os pesquisadores da água mineral sociedade afora; aprofundar na temática do construtivismo social como uma forma diferenciada de fazer pesquisa – especialmente, a partir que discutem as relações entre ciência e política na forma como as pesquisas são construídas.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, V. C.; PEREIRA, J. P.; VIEIRA, K., C. Práticas de gestão social das águas minerais: um estudo no município de Cambuquira, Sul de Minas. **Anais... V Encontro Brasileiro de Administração Pública**. 2018.

ALCÂNTARA, V. C.; SANT'ANNA, L.T., PEREIRA, J. P. Os “Guardiões das Águas” no Circuito das Águas de Minas Gerais: um estudo a partir do Modelo de Estruturação dos Sistemas Sociais de Ação Coletiva. **Anais... V Encontro Brasileiro de Administração Pública**. 2018.

ALCÂNTARA, V. C., CORDEIRO NETO, J. R., VALADÃO, J. A. D. **Consulta Pública como Instrumento Político: Controvérsias em torno da Exploração da Água Mineral no Circuito das Águas em Minas Gerais**. EnANPAD. São Paulo (SP), 2017.

BASTOS, L. C; BIAR, L. A. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. **Revista D.E.L.T.A.**, 31-especial, 2015 (97-126).

BEZERRA, R. V. M.; BRANQUINHO, F. T. B. Quem controla a água? Mapeamento de controvérsias na Guerra das Águas em São Lourenço/MG. **Anais... VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia**. Instituto de Estudos Brasileiros. Universidade de São Paulo. 2017.

BONI, V; QUARESMA, J.S. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC** Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

BORGES, A. F. et al. **Contribuições do diálogo entre o realismo crítico e o construcionismo social para os estudos organizacionais**. Cadernos EBAPE.BR, v. 14, n. 2, p. 391, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 7841, de 8 de agosto de 1945 – Código de Águas Minerais**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/De17841.htm>. Acesso em: novembro de 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 – Política Nacional de Recursos Hídricos**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19433.htm >. Acesso em: junho de 2018.

CIRCUITO DAS ÁGUAS DE MINAS GERAIS, 2018. Disponível em: < <https://circuitodasaguasmg.com.br/>>. Acesso em: novembro de 2018.

CRUZ, Elaine S. T. **Gestão Social da Água Mineral no Município de Cambuquira-Minas Gerais**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Lavras, 2017.

CUNLIFFE, A. L. Orientations to social constructionism: Relationally responsive social constructionism and its implications for knowledge and learning. **Management Learning**, v. 39, n. 2, p. 123-139, 2008.

CORTE, T.D, PORTANOVA, R.S. **Justiça ambiental e sustentabilidade: fundamentos para a governança da água**. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=087d2849417bebbba>>. Acesso em: novembro de 2018.

DIEGUES, A.C. **Água e cultura nas populações tradicionais brasileiras**. I Encontro Internacional: Governança da Água. São Paulo, 2007.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. Editora Atlas S.A. São Paulo. 2008

GUIMARÃES, B. C. **Direitos coletivos ambientais e exploração (in) sustentável das águas minerais**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2009.

HAMLIN, C. (2000). “Waters” or “Water”? - Master narratives in water history and their implications for contemporary water policy (pp. 313±325). Department of History, University of Notre Dame, Notre Dame, IN 46556, USA

MAFRA, F. L. N., LOBATO, C. B. P. **A colonialidade no discurso corporativo da “água da boa mesa” sob a ótica da Análise Crítica do Discurso**. ENANPAD. São Paulo (SP), 2017.

MORELLI, L. **Água: nas mãos de quem?** Cadernos Diplô – Lê Monde Diplomatique. A disputa pelo Ouro Azul, n.3, p.18-20, 2003.

NINIS, A. B. **A Ecologia Política e a exploração da água mineral de São Lourenço**. Brasília, 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília.

NINIS, A. B.; DRUMMOND, J. A. **Áreas (des)protegidas do Brasil: As estâncias hidrominerais**. Ambiente e Sociedade, Campinas, v. 11, n.1, p. 149-166, jan/jun 2008.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em 17 de jul. de 2018.

PORTUGAL JUNIOR, P. S. **A controvérsia sobre as águas: uma proposta de integração institucional e políticas públicas para o segmento de águas minerais no âmbito da gestão de recursos hídricos**. Tese de Doutorado (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

PORTUGAL JÚNIOR, P. S. P; REYDON, B. P; PORTUGAL, N. S. As águas minerais no Brasil: uma análise do mercado e da institucionalidade para uma gestão integrada e sustentável. **Revista Ambiente & Água**, v. 10, n. 2, p. 413-430, 2015.

QUEIROZ, J. T. M. **O campo das águas envasadas: determinantes, políticas públicas, consequências socioambientais, qualidade das águas e percepções.** Tese de Pós Graduação apresentada e aprovada em Fevereiro de 2011.

ROSA, A.R; TURETA, C.; BRITO, M. J. Práticas discursivas e produção de sentidos nos estudos organizacionais: a contribuição do construcionismo social. **Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, vol. 4, nº 1-jan./jun./ 2006 (41-52).

RIVERA, A. S. P.; BRITO, M. J. A pesquisa como prática social: um estudo sob a perspectiva bourdieusiana. **Revista O&S**, Salvador, v. 22 - n. 75, p. 561-582 - Out./Dez. – 2015.

SCALON, Marina G. B. Águas minerais e recursos hídricos: uma perspectiva de gestão integrada. **Revista de Direito, Estado e Recursos Naturais**, v.1, n.1, p.131-160. 2011.

SPINK, M. J. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano.** Rio de Janeiro: Centro. Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Water for People, Water for Life.** The United Nations World Water Development Report. 2003. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001295/129556e.pdf>>. Acesso em: junho de 2018.

APÊNDICE

Apêndice A - Roteiro de entrevista

I – Identificação do respondente

- a. Nome
- b. Formação
- c. Instituição da pesquisa
- d. Qual foi o seu primeiro trabalho ACADÊMICO que envolveu “água mineral”?
- e. Havia alguma relação anterior com a “água mineral” (ativismo, grupo, prática, etc.)?

II – Questões sobre as pesquisas

1. Gostaria que me falasse um pouco sobre as suas pesquisas envolvendo as águas minerais? Quais eram [são] seus objetivos?
2. Com surgiu a motivação da pesquisa envolvendo as águas minerais (ideia, interesse, orientador, crença, pesquisando, grupo de pesquisa, entrevista, contatos)?
3. Qual foi sua participação na decisão de pesquisar este tema? A pesquisa foi individual ou de um grupo de pesquisa?
 - a. Quem tomava as decisões sobre o projeto? O que o grupo esperava com a pesquisa? Houve algum conflito interno ao grupo de pesquisa em relação ao tema? Houve recursos? Como foi a captação?
 - b. Qual público imediato se beneficiou dos resultados do projeto? Quais outros públicos beneficiados indiretamente?
 - c. Quais os valores e conceitos considerados importantes para você na sua atividade de pesquisa?
 - d. Quais as suas ações dentro do projeto refletem sua preocupação com esses conceitos e valores?
 - e. Quais dificuldades para a execução do projeto?
4. Porque estudar a água mineral e não outras águas? Você vê alguma diferença nisso hoje?
5. Quando e como os municípios do Circuito das Águas de Minas Gerais passaram a fazer parte da sua pesquisa ou apareceram de alguma forma nela?
6. Do início da sua pesquisa até o momento [ou seu final] os objetivos mudaram? Em qual sentido? Por quê?
7. Como você vê hoje o seu interesse, enquanto pesquisador, nas águas minerais?
8. Você acha que as águas minerais têm recebido atenção das pesquisas acadêmicas? Quais razões para esse interesse ou desinteresse?
9. Existem diferentes entendimentos sobre água mineral: como estes entendimentos estão presentes na sua pesquisa?
10. A água mineral ainda é legalmente um “minério” no Brasil? Como você vê isso?
11. Existe contato com outros pesquisadores com temas que envolvem as águas minerais? Como se deu?

12. Como foi o seu relacionamento/contato com ativistas, ONGs, poder público local, empresários, moradores do Circuito das Águas e CODEMIG? Na pesquisa houve entrevistas com quais destes atores? Esses relacionamentos influenciaram sua pesquisa? De que maneira?
13. Os atores envolvidos (citados acima) tiveram acesso ao seu estudo?
14. Como você percebe a relevância da sua pesquisa para as águas minerais no Circuito Turístico das Águas Minerais?
15. Se você fosse reconstruir a sua pesquisa hoje, quais novos elementos, perspectivas ou visões você envolveria?
16. Como sua pesquisa se insere na problemática atual da escassez de água?
17. Você vê a possibilidade de gerar alguma tecnologia social (produto, solução, modelo, etc) a partir da sua pesquisa?
18. Como ensino, pesquisa e extensão se relacionam para você na questão das águas minerais?

Obrigado pela cooperação.

ANEXO

Anexo A - Fotos dos processos de pesquisa

Figura A: Palestra “Sobre a ecologia política (ou “Jamais fomos meras ficções”)



Fonte: Do Autor (2018).

Figura B: Palestra “Sobre a ecologia política (ou “Jamais fomos meras ficções”)



Fonte: Do Autor (2018).

Figura C: “I FAMA Minerais”, Cambuquira, Minas Gerais.



Fonte: Do Autor (2018).

Figura D: Visita ao Parque das Águas de Cambuquira.



Fonte: Do Autor (2018).

Figura E: Reunião do Projeto Sala Verde “Guardiões das Águas”



Fonte: Do Autor (2018).

Figura F: Defesa de Tese de Doutorado.



Fonte: Do Autor (2018).